

--- N.º 6/2020 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEZOITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE. -----

--- Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no formato Videoconferência-Online, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS -----

---**PRIMEIRO PONTO** – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D) -----

---**SEGUNDO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2021, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA A) -----

---**TERCEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE: (GRELHA E) -----

--- 1 - NÃO PRETENDER EXERCER NO ANO DE 2021, AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA, NOMEADAMENTE AS SEGUINTE: -----

--- 1.1 - NÃO PRETENDE EXERCER AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO - CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO; -----

--- 1.2 - NÃO PRETENDE EXERCER AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 23/2019 DE 30 DE JANEIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO – CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE; -----

--- 1.3 - NÃO PRETENDE EXERCER AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO – CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL; -----

--- 2 - RELATIVAMENTE À TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIA PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO ÂMBITO DO PREVISTO NOS SEGUINTE DIPLOMAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- 2.1 - NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 75.º DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO, DIPLOMA QUE CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO, SEM PREJUÍZO DO ESTABELECIDO NA CLÁUSULA 10.^a DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS N.º 562/2015, PUBLICADO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA EM 28 DE JULHO DE 2015; -----

--- 2.2 - NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 26.º DO DECRETO-LEI N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO, DIPLOMA QUE CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE;-----

--- 2.3 - NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO N.º 32 DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E N.º 2 DO ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO, DIPLOMA QUE CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL. -----

---**QUARTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 200.785,00€ (DUZENTOS MIL, SETECENTOS E OITENTA E CINCO EUROS) DO PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL DE CONCURSO PÚBLICO, SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL REGIONAL E LOCAL E, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**QUINTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 720.000,00 € (SETECENTOS E VINTE MIL EUROS) PARA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE GASÓLEO A GRANEL COM UM PRAZO DE

EXECUÇÃO DE 3 ANOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.
(GRELHA E)-----

---SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REVOGAÇÃO PARCIAL DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA SUA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21 DE MAIO DE 2020, NOS TERMOS DO N.º 1, DO ARTIGO 165.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, NA PARTE EM QUE APROVOU A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO MEDIANTE REDUÇÃO DE 91,00% DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA UM PERÍODO DE 5 ANOS, CUJA ESTIMATIVA CALCULADA É DE 20.941,38 EUROS, BEM COMO REDUÇÃO DE 91,00% DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSAÇÕES (IMT) CUJA ESTIMATIVA DA RESPETIVA DESPESA FISCAL É DE 77.782,25 EUROS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.
(GRELHA E)-----

---SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE SUBCONCESSÃO COM IP PATRIMÓNIO – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A., BEM COMO APROVAR A ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS ASSOCIADOS ÀS MESMAS, NOMEADAMENTE PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A CELEBRAR COM A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A., O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E A ASCENDI NORTE, AUTO ESTRADAS DO NORTE, S.A., REFERENTE À LIGAÇÃO DO NÓ DE SEIDE DA A7 À EN 206 E À EM 573, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---NONO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL, ABRANJA AINDA OS ENCARGOS NÃO PREVISTOS NO PPI QUE NÃO EXCEDAM O LIMITE

DE 99.759,58 € EM CADA UM DOS ANOS ECONÓMICOS SEGUINTE AO DA SUA CONTRAÇÃO E O PRAZO DE EXECUÇÃO DE TRÊS ANOS, TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. (GRELHA E). -----

---DÉCIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS SEGUINTE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, PARA VIGORAR NO ANO DE 2020, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2021, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- 1.1 – AO ABRIGO DO N.º 5 DO ART.º 112.º DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A TAXA DE 0,35% PARA OS PRÉDIOS URBANOS CONTEMPLADOS NA ALÍNEA C), N.º 1, DO ART.º 112.º DO MESMO DIPLOMA; -----

--- 1.2 – AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 20€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPECTIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 1 DEPENDENTE A SEU CARGO; -----

--- 1.3 – AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 40€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPECTIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 2 DEPENDENTES A SEU CARGO. -----

--- 1.4 – AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 70€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPECTIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 3 OU MAIS DEPENDENTES A SEU CARGO.--

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 4,5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2021, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA CCC) DO Nº 1 DO ARTIGO 33º E NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE: -----

--- 1. REGULAMENTO DE ISENÇÃO DE DERRAMA SOBRE O IRC, ANEXO À PRESENTE PROPOSTA, CUJO CONTEÚDO AQUI SE DÁ POR INTEGRALMENTE REPRODUZIDO, DELA FAZENDO PARTE INTEGRANTE;-----

--- 2. LANÇAR DESDE JÁ UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2020.-----

--- 3. ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2020, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NÃO SUPERIOR A 250.000,00€, NOS TERMOS DO Nº 22 DO ARTIGO 18º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, O QUE CORRESPONDE ÀS CONDIÇÕES PREVISTAS NO DIPLOMA REGULAMENTAR FIXADO EM 1., NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA CCC) DO Nº 1 DO ARTIGO 33º E NAS ALÍNEAS C) E D) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO ATÉ AO MONTANTE DE 1.043.093,50€ (UM MILHÃO QUARENTA E TRÊS MIL NOVENTA E TRÊS EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS) ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS PARA A OBRA “ESPAÇOS PÚBLICOS DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE - MOBILIDADE OPERAÇÃO NORTE-05-1406-FEDER-000188”, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**DÉCIMO QUARTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.950.000,00€ (UM MILHÃO NOVECENTOS E CINQUENTA MIL EUROS), PARA O INVESTIMENTO DO CENTRO DE ATLETISMO DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**DÉCIMO QUINTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PERCENTUAL DE 0,25% RELATIVO À TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA VIGORAR NO ANO DE 2021, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----

---ADELINO SILVA COSTA --- **FALTOU** -----

---AGOSTINHO SILVA VEIGA -----

---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA-----

---ANA FILIPA FERNANDES OLIVEIRA -----

---ANDRÉ LUÍS LOPES OLIVEIRA-----

---ANDREIA FERREIRA TAVARES-----

---ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO-----

---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO -----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----

---ANTÓNIO JACINTO COELHO COSTA-----

---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----

---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA-----

---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----

---ARMINDO FERNANDES GOMES -----

---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----

---AVELINO FREITAS SILVA -----

---BERNARDINO GOMES MARTINS-----
---CÂNDIDA JESUS DA SILVA VELOSO-----
---CARLA SOFIA SANTANA A. RIBEIRO FARIA-----
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES-----
---CARLOS ALBERTO COSTA PEREIRA-----
---CARLOS ALBERTO DA COSTA FERNANDES-----
---CATARINA ISABEL ROCHA MACHADO-----
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS-----
---DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO-----
---DELFINO FERNANDO MACHADO ABREU-----
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA-----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA-----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ-----
---GERMÃO ANTONIO DA SILVA ARAÚJO-----
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO-----
---HÉLDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA-----
---HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO-----
---JOANA ISABEL GONÇALVES SANTOS SILVA-----
---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA-----
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO-----
---JOÃO PEDRO SAMPAIO DE ARAÚJO-----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
---JOSÉ NUNO MARQUES MOREIRA-----
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
---LUÍS FERNANDO ANDRADE MONIZ-----

---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
 ---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----
 ---MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO-----
 ---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA -----
 ---MANUEL SILVA ALVES -----
 ---MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES-----
 ---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA -----
 ---MARIA FÁTIMA FERNANDES COSTA -----
 ---MARIA INÊS MOREIRA VIEIRA GOMES -----
 ---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO-----
 ---PAULO AGOSTINHO FARIA COSTA MARQUES FOLHADELA -----
 ---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
 ---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
 ---PAULO MANUEL MARQUES DA COSTA -----
 ---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA-----
 ---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA-----
 ---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA -----
 ---RUI MIGUEL SÁ FARIA -----
 ---RUI PEDRO PACHECO ALVES -----
 ---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA-----
 ---TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA -----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Colocou à discussão e votação as atas da Assembleia Municipal de vinte e cinco de setembro e de treze de outubro de dois mil e vinte.-----

--- Não havendo inscrições para discussão, passou-se de imediato à sua votação:-----

--- *Postas à votação as atas das sessões da Assembleia Municipal de vinte e cinco de setembro e de treze de outubro de dois mil e vinte, foram as mesmas aprovadas, por unanimidade.*-----

--- Informou que, deram entrada na Mesa, dois Votos de Pesar apresentados pelo Grupo Municipal do PSD. -----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** - fez a leitura do voto de pesar que é do seguinte teor:-----

---“A 8 de Novembro de 2020, faleceu Artur Manuel Rodrigues do Cruzeiro Seixas, individualidade de elevadíssimo mérito cultural e artístico. Tendo realizado os seus estudos na conhecida e influente Escola Artística António Arroio, aí conheceu outros vultos da cultura portuguesa, tais como Mário Cesariny, Júlio Pomar e Fernando Azevedo. Tendo aderido, em meados nos anos quarenta do século passado, ao neorrealismo, veio posteriormente a integrar o Grupo Surrealista de Lisboa. Assumindo o projeto surrealista até ao fim da sua vida, tornou-se um marco indelével da pintura, das artes e da cultura surrealista. Cruzeiro Seixas, para além de um homem de cultura, era um viajante por paixão, tendo percorrido o continente africano e o continente europeu. Cruzeiros Seixas esteve ligado à Fundação Cupertino de Miranda e, em concreto, ao projeto do Centro Português do Surrealismo, contribuindo assim para a promoção do posicionamento estratégico da nossa terra no panorama artístico nacional e internacional. Foi Cruzeiro Seixas agraciado por Aníbal Cavaco Silva, tendo ainda recebido, a 28 de junho de 2015, a medalha de Honra do Município. Cruzeiro Seixas deixou-nos, mas legou para os presentes e para os vindouros a excelência da sua obra. Deste modo, o Grupo Municipal do PSD propõe que esta Assembleia Municipal delibere: -----

- Aprovar voto de pesar pelo falecimento de Artur Manuel Rodrigues do Cruzeiro Seixas. --

- Comunicar à família o presente voto.”-----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** - fez a leitura do voto de pesar que é do seguinte teor:-----

--- “A 8 de Outubro de 2020, faleceu Dr. Fernando Alberto Ribeiro da Silva, individualidade de reconhecido mérito e prestígio regional e nacional. Fernando Alberto Ribeiro da Silva foi um cidadão participativo, desenvolvendo uma imensa atividade cívica por todos reconhecida. Foi um homem reto, de princípios e valores que sempre soube defender, independentemente das consequências ou prejuízos para si próprio, com rigor e convicção. Era, Fernando Alberto Ribeiro da Silva, um homem livre, desde sempre, acérrimo defensor de princípios humanistas, como a liberdade e responsabilidade. Na profissão de advogado que abraçou, foi sempre admirado e reconhecido por todos os

sujeitos do mundo judiciário, como um verdadeiro defensor dos direitos e garantias e da justiça, tendo granjeado a admiração dos seus pares e da magistratura. Enquanto político, foi membro ativo do apoio à candidatura do General Humberto Delgado, no âmbito das eleições presidenciais de 1958. A nível regional, assumiu-se como fundador do Partido Popular Democrata, tendo tido no PSD cargos dirigentes de enorme responsabilidade. Como servidor da causa pública, foi deputado da Assembleia Constituinte e foi Governador Civil do Distrito de Braga, por nomeação de Francisco Sá Carneiro e Dr. Pinto Balsemão, cargo que voltou a exercer durante o mandato dos Governos liderados por Aníbal Cavaco Silva. No exercício de tal cargo, empenhou-se, mesmo em tempos difíceis, na prossecução do desenvolvimento e coesão do Distrito de Braga, sendo relevante as suas atuações a favor dos mais desfavoráveis sempre no estrito cumprimento da justiça social. A sua participação cívica não se esgotou, porém no âmbito político partidário ou institucional, tendo exercido diversas responsabilidades de natureza associativa cívica e cultural. Como reconhecimento da sua verticalidade e ação, foi Fernando Alberto Ribeiro da Silva agraciado por Mário Soares e Marcelo Rebelo de Sousa, que enquanto Presidentes da República, lhe conferiu, respetivamente, a Comenda da Ordem de Mérito Civil e a Ordem de Mérito Infante D. Henrique. Foi um homem que serviu sempre o interesse público, nunca dele se servindo. Deste modo, o Grupo Municipal do PSD propõe que esta Assembleia Municipal delibere: --

- Aprovar voto de pesar pelo falecimento de Dr. Fernando Alberto Ribeiro da Silva. -----

- Dar conhecimento à família do teor deste voto. -----

--- POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD, RELATIVAMENTE AO FALECIMENTO DO SENHOR ARTUR MANUEL RODRIGUES DO CRUZEIRO SEIXAS, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

--- POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD, RELATIVAMENTE AO FALECIMENTO DO DOUTOR FERNANDO ALBERTO RIBEIRO DA SILVA, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

--- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da: --

-----**ORDEM DO DIA**-----

--- **PRIMEIRO PONTO** – *INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA.* -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Senhor Presidente, como é sabido, o início do Programa Nacional de Vacinação aponta para dia 26 ou 27 do corrente mês, facto que nos deve animar a esperança de vermos reduzida ou mesmo erradicada a ameaça a que temos sido sujeitos, e possamos retomar a normalidade da saúde pública e o reequilíbrio da economia, neste momento verdadeiros fatores de instabilidade e descrença. Sabemos que o município tem tido uma atuação empenhada ao tomar algumas medidas complementares, as quais contribuíram para o esforço do combate nacional levado a cabo. O desempenho de todos, numa luta que é de todos, tem obtido justo reconhecimento pela nossa sociedade. Porém, Senhor Presidente, mesmo quando parece que tudo já foi feito, gostaríamos de lhe colocar um desafio/solicitação, que reforçaria certamente as condições de logística para o Programa Nacional de Vacinação, em Famalicão, entre outras, a saber: Sejam diligenciadas por parte de vossa Excelência, junto das autoridades nacionais da Saúde, as medidas que permitam a reabertura das Extensões de Saúde que foram encerradas em várias freguesias do Concelho, nomeadamente Arnosos de Santa Maria, Fradelos e Landim, as quais poderiam vir a ser utilizadas no referido Programa Nacional de Vacinação, para além de outras atividades, restituindo-se, assim e para futuro, estas unidades aos utentes que delas se viram injustamente privados. -----

---**CARLA FARIA (PS)** – Nas notícias de Famalicão apregoava-se o seguinte: “Na próxima segunda-feira, dia dezanove de outubro, arrancavam as obras de Reabilitação do Centro Urbano de Famalicão, a intervenção vai durar cerca de um ano e vai originar inevitáveis constrangimentos e perturbações no dia a dia dos famalicenses, pelas quais o Presidente da Câmara Municipal Paulo Cunha, pede desde já a melhor tolerância dos famalicenses.” E no dia dezanove de outubro, Vila Nova de Famalicão acorda com o triste cenário do abate das várias árvores existentes na Praça D. Maria II, ou seja, o início das

obras de qualificação do Centro Urbano de Famalicão era também o início, o arranque, o abate das árvores ali existentes. O primeiro passo para esta mesma requalificação pelo abate das diversas árvores, nenhuma problemática causaria à sociedade, isto são palavras de um cidadão famalicense, comentado e partilhado por muitos outros. Senhor Presidente, os famalicenses estão desagradados, estão incomodados, as palavras de ordem são: fogo, ato intolerável, crime ambiental, crime histórico, extermínio, revolta, tristeza. Senhor Presidente, era esta a tolerância que pedia aos famalicenses, era esta a nova cidade que quer, vale apenas destruir um património ambiental e histórico, em nome de uma reabilitação, em nome de uma intervenção vital, em nome de uma modernização, como o senhor referiu. Estamos a falar de vinte e uma árvores abatidas, sessenta e sete removidas para outros locais, sendo que não existem garantias de que estas últimas resistam à transplantação, sendo que o saldo a abater pode não justificar as novas árvores que poderão vir a ser plantadas, ou seja, nada substitui, não é! Independentemente do que vai ser construído, nada justifica este crime ambiental, abate árvores de grande porte com largas dezenas de anos, que conferiram ao local um ambiente único, que não justifica nenhum projeto de cimento e pedra, pode ser um cliché, mas a história não tem preço. Este abate não estava previsto no projeto de reabilitação urbana, pelo menos aquando da sua apresentação, o abate nunca foi mencionado, nem mesmo em nome da segurança dos famalicenses. Para além da afirmação pública proferida pelo Doutor Xavier Ferreira, Presidente da ACIF, passo a citar: “A questão do abate de árvores, e sendo o mais claro possível, nunca foi abordada”. E é assim que a Câmara pretende tornar Vila Nova de Famalicão uma cidade mais amiga do ambiente, porque mais que uma reabilitação, estamos perante um projeto de votos, o seu projeto senhor Presidente da Câmara, um projeto ambicioso ou mais ambicioso deste edil, em suma as questões são: Senhor Presidente era esta tolerância que pedia aos famalicenses, é esta a nova cidade que quer para Famalicão, vale apenas destruir um património ambiental e histórico, é este abate que está previsto no projeto de reabilitação urbana, o projeto sofreu alterações face à sua versão final, sendo este projeto cofinanciado pelo NORTE 2020, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, questiono se a candidatura não tinha como critério a conservação das árvores centenárias, ou até mesmo só das árvores. Dado que foram abatidos vários pomares de árvores, pretendo igualmente saber qual foi o

destino dado a essa madeira que resultou dos abates. É assim que pretende tornar Vila Nova de Famalicão uma cidade amiga do ambiente, é com este exemplo senhor Presidente. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Respeitando a ordem das perguntas e começando pelo senhor Deputado Daniel Sampaio, dizer-lhe abertamente o seguinte:- A reabertura das extensões de saúde é um aspeto que do ponto de vista da Câmara Municipal está sempre em cima da mesa, e sempre esteve, nós nas múltiplas circunstâncias em que temos privado com responsáveis governamentais na área da Saúde Pública, temos evidenciado o quanto gostaríamos de readquirir uma lógica de maior proximidade na prestação de cuidados primários. As que aqui identificou, são de facto, aquelas que nós queremos que sejam reabertas, aquilo que temos verificado é algo ainda mais grave do que isso, é que não só, não são reabertas as que foram encerradas, como há outros casos cujo o risco de encerramento é real, o exemplo de Fradelos é inequívoco em relação a isso. Acresce que as que estão em funcionamento, estão em condições muito precárias, nós temos demonstrado junto das autoridades a nossa preocupação, há vários casos, desde a área da cidade, até Joane, até outros casos que infelizmente abundam, são poucos os casos em que os equipamentos de Saúde Pública nos cuidados sub-primários têm as condições infraestruturais que são desejadas, e por isso, eu aproveito a questão que aqui trouxe para partilhar com as senhoras e senhores Deputados a nossa grande preocupação em relação às condições infraestruturais destes equipamentos que se têm degradado ao longo dos anos. Famalicão não tem recebido investimento público no setor dos cuidados de saúde primários, isto deixa-nos preocupados, temos evidenciado essa preocupação por diversas vezes nas mais distintas estâncias governamentais responsáveis nesta matéria, mas infelizmente ao longo dos anos isso não se tem traduzido em mais investimento. -----

--- Quanto à questão que a senhora Deputada Carla Faria aqui trouxe, dar-lhe as seguintes notas senhora Deputada:- A primeira, o abate das árvores estava obviamente projetado, o projeto foi apresentado há cerca de dois anos numa sessão pública, aliás muito participada, onde todos os desenhos, todas as propostas, todas as iniciativas foram apresentadas às e aos famalicenses, e portanto, não é verdade quando se diz ou se quer insinuar que o abate de árvores não estava programado, estamos a falar de um abate de árvores programado, que fazia parte do projeto, foi esse projeto a que foi candidatado, foi esse projeto que foi

aprovado pelo Portugal 2020, e foi esse projeto que foi financiado por fundos comunitários no âmbito da Reabilitação Urbana e da Mobilidade, que são os dois eixos que estão associados a esta candidatura. Segunda questão: - o abate de árvores corresponde aquelas que foram absolutamente inevitáveis, eu devo dizer que houve critérios técnicos, todas as árvores foram acompanhadas por responsáveis municipais com conhecimentos nessa área, portanto, só foram abatidas as árvores que de facto tinham mesmo que serem abatidas por força das circunstâncias da intervenção a executar. Tanto assim, como a senhora Deputada aqui referiu e reconhece, aquelas árvores que não podiam lá estar, mas que era possível deslocar para outro local, foram objeto de uma ação de transplantação, estão a ser objeto dessa ação de transplantação, com toda a cautela que é devida para que se assegure a sua permanência entre nós. Sobre arborização, senhora Deputada dizer que Famalicão assumiu há uns anos atrás o compromisso de até dois mil e vinte e cinco plantar vinte e cinco mil árvores, estamos já com mais de vinte e uma mil árvores, e ainda estamos a completar o ano dois mil e vinte, portanto, cerca de cinco anos antes de atingirmos a meta temporal, já temos quase a totalidade das árvores plantadas. Também devo lembrar aos senhores Deputados que às vezes devemos olhar para outras cidades e compararmo-nos com elas como é óbvio, dificilmente encontrarão outros concelhos, outras cidades com um plano de arborização como o do concelho de Famalicão, com a presença tão frequente de árvores em todas as artérias da nossa cidade e não só, portanto, nós cumprimos e mais que cumprimos aquelas que são as ambições a este nível. Também quero dizer que, aquele espaço terá muito mais árvores do que aquelas que tinha antes do início desta intervenção. Quanto à questão concreta da madeira dizer-lhe que nos termos do concurso, a madeira que foi abatida é propriedade do Município, e foi deslocada para armazém municipal. -----

---**PAULO FOLHADELA (PS)** – Senhor Presidente da Câmara, uma questão concreta e que tem a ver com este assunto. Em cinco de novembro tivemos conhecimento de uma notícia no Jornal de Famalicão, em que o título era: - “O Jornal de Famalicão alvo de uma tentativa de censura por parte do Gabinete de Apoio à Presidência para a Comunicação”. Nesse aspeto o Jornal acusa e estou a citar, de que foi mais uma vez ameaçado, uma ameaça mil vezes repetida: - “Todas as vezes que vocês não publicam o que eu quero, logo eu também tenho que me reservar o direito de ter opções de gestão sobre a publicidade da

Autarquia”, isto é, cito aquilo que o jornal acusa como ter sido a comunicação feita pelo Diretor. O senhor Diretor, sabemos, eu li atentamente o exercício de direito de resposta, onde nega ter proferido essas ameaças, no entanto, não nega, e aceita aliás que telefonou, e estou a citar: “Para manifestar a minha surpresa pelo tratamento jornalístico dado pelo jornal ao assunto”, que era no caso, o assunto do abate de árvores. O jornal reiterou resposta a resposta, dizendo que mantinha todas as acusações, bem senhor Presidente, uma coisa é aquilo que uns dizem e outros dizem, não vou por aí. Tentaria na pergunta que lhe vou colocar, centrar-me naquilo que me parece que é um facto assente por ambas as partes, que é a circunstância de ter havido essa conversa, e que o Diretor de Comunicação assume que telefonou para, no caso, e digo uma vez mais, confirmando que telefonou para manifestar surpresa por uma notícia que não era agradável para a Câmara Municipal. Senhor Presidente, três perguntas a este respeito: - Acha normal, natural, aceitável que um Diretor de Comunicação da Câmara Municipal, telefone para um órgão de Comunicação Social para manifestar a surpresa pelo tratamento jornalístico de uma determinada notícia, que é desagradável para a Câmara Municipal? Este telefonema que o senhor Diretor de Comunicação assumiu que fez para manifestar essa tal surpresa teve o seu conhecimento prévio? Se teve, porque é que ele o fez, se não teve, o senhor Presidente de alguma forma interferiu no sentido de que este telefonema não acontecesse, como aconteceu? E por último, senhor Presidente da Câmara tem conhecimento de em uma outra qualquer altura, o Gabinete para a Comunicação, ou alguém a ele ligado, tenha telefonado para os órgãos de comunicação social local para, citando novamente e usando essa expressão, manifestar surpresa quanto a notícias que são desagradáveis para a Câmara Municipal, ou então, o senhor Presidente está em condições de afirmar perentoriamente que isto nunca aconteceu?-

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Em relação às questões que o senhor Deputado Paulo Folhadela aqui trouxe, foram três, duas delas vou responder em simultâneo. Quanto à questão de saber se eu tive conhecimento prévio do telefonema, obviamente que não, o Presidente de Câmara Municipal não acompanha em permanência as múltiplas ações do Município, e obviamente, não tem que ser previamente informado do legítimo exercício das competências de cada um dos setores municipais, seja a Comunicação, seja o Urbanismo, seja as Obras Municipais, seja a Higiene do Espaço Público, seja qual for a

área, todas são autónomas, e tem os seus respetivos responsáveis. Quanto às questões da existência de conversas telefónicas em concreto, e outras que por ventura que possam ter existido, ou vir a existir, eu obviamente fui posteriormente informado dessa conversa, mas sei que é habitual que os responsáveis pela Comunicação da Câmara Municipal tenham conversas pessoais, por email, ao telefone, em múltiplas circunstâncias, com os mais diversos órgãos de Comunicação Social, não só com esse que citou, mas com todos os outros a nível concelhio, regional e nacional. É uma boa prática, e acontece por muitas razões. Sobre a referência que fez à notícia como sendo, ou não sendo agradável, não sei se disse agradável, se disse desagradável. Eu li o direito de resposta do responsável municipal, que é visado pela notícia do jornal em causa. O responsável municipal não classifica a notícia como desagradável, quem classifica é o senhor Deputado que aqui faz a pergunta. Em circunstância alguma, a Câmara Municipal adjetivou ou qualificou a notícia como desagradável, ou outra forma qualquer que fosse menos simpática para o Município. A única circunstância que levou o responsável municipal a fazer o contacto telefónico, como faz noutras situações, e a meu ver deve fazê-lo, aliás, é assim que deve ser feito sempre que situações análogas aconteçam, é expressar uma atitude que não é de concordância pelo facto de o Município não ter sido ouvido para que se cumpra nomeadamente o contraditório, que é e tem uma dimensão aqui, que estou certo que todos nós admitimos como bem-vinda. O senhor Deputado, até pela formação que tem, sabe que o exercício do jornalismo obriga a que o lançamento de uma notícia pressuponha que previamente, a entidade que é visada por essa notícia, seja confrontada com a mesma para que possa pronunciar-se. Foi a única razão que levou a que esse contacto telefónico aconteça, e o responsável municipal tem, não precisava de ter, porque a lei lhe dá essa cobertura, mas obviamente tem a minha autorização para fazer iguais chamadas, em iguais circunstâncias.-----

--- **SEGUNDO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2021, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Nós estamos a falar de um dos principais documentos que trazemos a este debate, à Assembleia Municipal. Documento que baliza aquelas que são as orientações políticas e os instrumentos financeiros que nos

propomos para executar essas mesmas orientações ou coordenadas políticas. Eu quero partilhar com as senhoras e senhores Deputados, aquelas que foram as linhas mestras, orientadoras e que estiveram presentes na elaboração do documento que aqui vos apresentamos. A primeira, é uma evidente inequívoca sensibilidade à circunstância especial que vivemos no concelho, no país e no mundo. A pandemia trouxe uma tripla dimensão, por um lado, problemas de saúde pública, por outro, problemas sociais e por último, problemas económicos. É minha convicção que o documento que aqui trazemos incorpora uma estratégia nesta matéria, e que traz resposta não só para problemas que hoje são evidentes, mas também antecipa resposta para problemas que possam vir a surgir. Desde a nível da Saúde Pública, que como sabemos não é uma área da responsabilidade municipal, mas esta Câmara Municipal sem qualquer tipo de pretensiosismo, penso que é consensual, que tem estado na linha da frente dos municípios portugueses que mais apoiam as instâncias de Saúde Pública, sejam Hospitalares, sejam dos Cuidados de Saúde Primários, sejam tratamentos Pré-hospitalares, como o apoio que damos às Corporações de Bombeiros, à Cruz Vermelha Portuguesa, são exemplos da nossa atitude proactiva, porque percebemos que estamos no território, e que não podemos ficar indiferentes aos problemas que aqui acontecem, apesar dos mesmos se reportarem a matérias que não são da nossa competência. Pois bem, a nossa intenção no ano que se aproxima, é de continuar essa trajetória, estar ao lado das instituições e dos profissionais de saúde, criando as condições ideais para que o seu trabalho possa ser positivo. No nível social e económico, permitindo-me juntar ambos pela relação que entre ambos existe, quando em trinta e um de março do ano corrente apresentamos um conjunto de medidas, fizemo-lo com a consciência de que infelizmente a pandemia que nos afetava teria uma longa permanência entre nós. Pois bem, já passaram vários meses, está o ano a terminar, e acreditamos que no próximo ano vamos continuar a sofrer a consequência deste nível. É por isso que, criamos uma almofada social nunca vista num Orçamento Municipal, são cerca de vinte e seis milhões de euros que estão como instrumento financeiro disponível para implementar as políticas ao nível social e de retaguarda para a comunidade que nos propomos para o próximo ano, portanto repito, uma medida inédita pelo volume, pelo envelope financeiro que lhe está associado e portanto, vamos continuar a proteger aquilo que são setores mais frágeis da nossa comunidade, desde

da infância, até aos desfavorecidos e aos seniores. E este é o primeiro vetor, e eu atrevo-me a dizer, o principal vetor deste plano que aqui vos apresentamos. O segundo, prende-se com uma persistência, permitam-me dizer, quase uma vocação, para maximizar a nossa capacidade de aproveitamento de oportunidades em sede de fundos comunitários. Eu devo aproveitar a oportunidade, para partilhar com os senhores Deputados que o município de Famalicão tem até este momento uma captação de fundos, de cerca de trinta e quatro milhões de euros, incomparável com qualquer outro quadro comunitário. Se olharmos para o QREN 2007-2013, podemos perceber que a nossa capacidade de captação de fundos comunitários, ultrapassou em mais de dois milhões de euros aquilo que foi o montante captado no anterior programa de fundos, e é bom não ignorar que ainda temos mais cerca de dois anos deste programa de fundos, quer dizer que a dois anos do fim do programa comunitário, o chamado Portugal 2020, já captamos mais dois milhões de euros, do que em toda a programação do QREN 2007-2013. Isso é sinal da capacidade do município de captar fundos comunitários, de aproveitar oportunidades. Relembrando os senhores Deputados, que a captação de fundos não se circunscreve, nem ao PO Regional, nem ao PO Temático, ou seja, a nossa captação vai muito além daquilo que é afeto à região e até ao próprio país, e a demonstrá-lo está a aprovação de uma candidatura, um chamado Programa LIFE, um programa diretamente dirigido pela Comissão Europeia de um milhão de euros para as Pateiras do Ave em Fradelos, que proporcionava uma intervenção de grande monta naquele complexo que está felizmente a surgir no concelho de Famalicão. Mas, nós fizemos mais do que isso, é que com estes cerca de trinta e quatro milhões de euros, nós executamos um investimento de cerca de cinquenta e dois milhões de euros, isto significa que aos trinta e quatro milhões de euros de fundos comunitários, conseguimos adicionar dezoito milhões de euros de fundos municipais, e isso, é a razão essencial para que conseguíssemos captar os trinta e quatro milhões de euros. Não fosse a capacidade do município de investir nesses projetos, de alocar os seus recursos próprios, a sua capacidade de endividamento, também com certeza que sim, nós não conseguiríamos ter este enorme volume de fundos comunitários, como temos no concelho. Já são e vão ser conhecidos números de outros concelhos, desafio os senhores Deputados a fazer as comparações e depois a procurar perceber, porque é que o município de Famalicão conseguiu chegar tão longe ao nível

daquilo que são as oportunidades comunitárias. E a palavra oportunidade, faz aqui todo o sentido, porque infelizmente de quadro para quadro há alterações, há mudanças, há investimentos que se não forem feitos agora, não mais poderão ser, porque as oportunidades comunitárias não se repetem, continuamos a ter oportunidades comunitárias, mas sempre para áreas diferentes daquelas que tivemos no passado. E se no tempo certo não aproveitamos o fundo disponível para aquele investimento que é preciso no nosso concelho, dificilmente essa oportunidade se repetirá. A consequência é, das duas uma, ou esse investimento nunca mais se faz, ou fazendo-se, faz-se com cem por cento de esforço municipal, é por isso muito importante e de valorizar aquilo que tem sido o trabalho dos quadros técnicos do município na capacidade de captação desses recursos. A terceira dimensão do programa que aqui vos apresentamos, tem a ver com aquilo que é a nossa ambição, aquilo que é o nosso desejo de continuar a fazer de Famalicão o concelho com a dimensão que é do conhecimento de todos, por isso nós quisemos que esta circunstância emergente que nós vivemos, não nos tolhesse de perseguir, de prosseguir, de concretizar aqueles que são objetivos maiores para o nosso futuro. Felizmente, dentro de alguns meses a pandemia fará parte da nossa história, será objeto de obras escritas, de filmes que aqui assistiremos, mas, com certeza não será, ou não fará parte do nosso futuro. O que fará parte do nosso futuro, é aquilo que nós conseguirmos fazer hoje e que deixa esse legado vindouro, é por isso que nós continuaremos a implementar uma gestão autárquica sustentável, muito apostada naquilo que são os desafios contemporâneos. E permitam-me eleger alguns daqueles que me parecem dignos dessa montra, o primeiro o das alterações climáticas, aliás, é um dos propósitos centrais daquilo que são as novas oportunidades comunitárias do quadro que se anuncia e que foi recentemente aprovado pela União Europeia. A finitude dos recursos naturais, todos nós temos que cada vez mais lidar com uma realidade, a de que aqueles que são os nossos recursos, chamados recursos naturais, nomeadamente a água, mas muitos outros, são finitos, infelizmente não são infindáveis como nós desejávamos, e é preciso geri-los melhor, com parcimónia, com capacidade de resistir à tentação de um uso descontrolado, deixando sempre condições para que os vindouros também possam disfrutar deles. O ordenamento do território, o bom planeamento, o cuidado com a gestão do espaço público, aliás muito presente nesta intervenção central da nossa cidade, mas um pouco por

todo o território, um pouco por todo o concelho, com aprovação da área da reabilitação urbana, entre outras, com medidas de incentivo a uma boa gestão daquilo que é o espaço de todos nós. A mobilidade, e aqui uma palavra especial para o transporte público e para os meios de transporte chamados suaves, nomeadamente a bicicleta e a pedonalização, estamos a fazer uma enorme intervenção em todo o concelho com o objetivo de que as nossas estradas tenham passeios condignos, para que as pessoas não se tenham que movimentar nas estradas automóvel, por ausência de condições para o fazerem, nomeadamente a pé. As vias cicláveis que nunca tiveram em Famalicão a intervenção e investimento que estão a ter neste momento. A intervenção da área central da cidade, com uma mudança de critério de prioridade na relação entre o automóvel, a bicicleta e o peão, são disso alguns exemplos. Mas também a área da eficiência energética, o que estamos a fazer na iluminação pública, o que estamos a fazer nos nossos espaços, nas nossas piscinas, nos nossos pavilhões, tudo com objetivo de reduzir a nossa fatura energética. E a fatura energética não se mede só em euros, mede-se também em CO2, mede-se também na pegada ecológica, mede-se também na forma como nós, através da redução de consumos conseguimos melhor proteger o ambiente, está em curso um enorme investimento ao nível da eficiência energética. E por último o dossiê da habitação, um dossiê muito importante para todos nós, mas particularmente para os mais jovens, é um dossiê que está a merecer o nosso cuidado em especial, não só pelo aprofundamento de programas como Casa Feliz, na sua dimensão de apoio às obras e do apoio à renda, mas também da estratégia municipal de habitação que está em construção, e que no próximo ano será uma realidade em Famalicão, com as condições mais vantajosas que daí resultarão para os nossos concidadãos. Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, são estas algumas linhas orientadoras do diploma que aqui vos trago, é um diploma arrojado, é um diploma ambicioso, é um diploma que traz resposta para problemas que hoje são conhecidos, mas acima de tudo, é um diploma que cumpre a ambição dos famalicenses.-----

---**PAULO PINTO (PS)** – Excelentíssimo Senhor Presidente, como tem sido habitual, volto a fazer uma análise às grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021 desta Câmara Municipal. O facto de o fazer há tantos anos permite-me fazer uma comparação bastante ampla do que tem variado ao longo dos anos, das virtudes e defeitos que se mantém ano

após ano. E infelizmente existem práticas e ideias, prejudiciais, que não só se repetem, como infelizmente se aprofundam no que são os seus aspetos negativos, com prejuízo total para os famalicenses. Este orçamento, que é o último do seu mandato, teria de ter no seu englobamento, preocupações devidas à atual situação e incertezas que infelizmente se irão prolongar durante um período do próximo ano, período esse que esperamos seja o mais curto possível. O país irá iniciar o ano de 2021, com uma queda do PIB, com o desemprego a aumentar e com perspetivas para o ano que virá, que apesar de positivas quando comparadas com 2020, apontam para que durante 2021 não seja possível, infelizmente atingir os valores de 2019. No fundo reina a incerteza, provocada por uma pandemia que não temos ainda a certeza de quando irá terminar, mas cujos efeitos se fazem sentir e se irão prolongar. Perante este clima de incerteza, era conveniente e exigia-se prudência nas estimativas. Mas todos sabemos, que 2021 é ano de eleições autárquicas, e como tem acontecido nos mandatos desta maioria, em ano de eleições autárquicas gasta-se o que se tem e que não se tem, que depois alguém há de fechar a porta. Obras a terminar em ano de eleições para as solenes cerimónias de corta-fitas, transferências sui generis para freguesias, despesas correntes no máximo, tudo equilibrado com perspetivas de receitas, algumas muito imaginativas que parecem ter sido arrançadas para que o ramalhete final não pareça mal. Este orçamento, que é o maior desta maioria, inflacionado por investimentos avultados por parte do Governo da República, apresenta como base para o equilíbrio financeiro estimativas de receita que para ser simpático, carecem de muitas explicações, mas já lá vamos. Convém mais uma vez salientar, aquilo que o Senhor Presidente da Câmara tanto não gosta, que os números são como algodão, não enganam, ao contrário da retórica publicitária desta Câmara. Este orçamento apresenta uma estimativa de crescimento de cerca de 26 milhões de euros, com um crescimento da despesa corrente assustador. E infelizmente, esta rubrica, que é daquelas que historicamente tem uma execução que costuma ser das mais altas, tem um crescimento de cerca 5 milhões de euros. A despesa continua o seu crescimento vertiginoso, como vem sendo habitual. A despesa corrente, essa aumenta desde 2014 cerca de 30 milhões de euros. A despesa com pessoal continua a crescer. Se há despesa que se entende e concordamos, é a despesa relacionada com os assistentes operacionais e assistentes alocados às escolas, mas o aumento de 11,7 milhões de

euros em 7 anos não é de todo justificável pelo pessoal das escolas. Refira-se que quando perguntamos no passado, o porque de um aumento tão grande na despesa com o pessoal, este executivo referiu que tal se devia única e exclusivamente à contratação de funcionários no âmbito do protocolo de educação, aliás quando há cerca de 2 anos lhe perguntei Senhor Presidente, o porquê de desde que o Senhor Presidente tomou posse, os custos com o pessoal aumentaram 5 milhões de euros, foi a explicação que me deu. E agora que nestes últimos 2 anos aumentaram outros 5 milhões de euros? Resumindo, durante os seus mandatos, os custos com pessoal já aumentaram cerca de 10 milhões de euros, qual será a justificação? Nestes 2 mandatos os custos com pessoal aumentaram 50%, essa é que é a verdade. E aqui sabemos que as avenças continuam a ter um peso no mínimo interessante, aliás para 2021, são só mais 950 mil euros, só. A aquisição com bens e serviços cresce 3,2 milhões de euros, sendo que desde 2017 aumentou 14 milhões de euros. Mas também temos de reconhecer que nem tudo é negativo. Também há aspetos positivos neste orçamento, desde logo, o de algum investimento iniciado em 2020 e que continuará e inclusive grande parte provavelmente terá o seu termino em 2021. Coincidência, ano de eleições. Se perguntar a vossa excelência o porquê de as obras terminarem em ano de eleições, provavelmente me dirá que é fruto do trabalho. E eu concordo consigo. Realmente é um grande trabalho de planeamento, para que as obras terminem justo em ano de eleições. Pena é, que os famalicenses tenham ficado tanto tempo privados de obras, que certamente irão facilitar o seu dia a dia, mas que poderiam e deveriam ter sido planeadas e executadas para que já fossem uma realidade efetiva para os famalicenses e que não tivessem que esperar pelo ano de eleições para poderem usufruir das mesmas. Realmente foi um grande trabalho de planeamento. Também existem boas notícias para as freguesias. Para o ano vão receber cerca de 3,7 milhões de euros, além da denominada verba livre. É o efeito do ano de eleições, só é pena que a distribuição dos milhões não cumpra as regras da verba livre. Em termos de investimento a previsão de crescimento do valor orçamentado seria uma boa notícia, se realmente tal se devesse a um crescimento sustentável e não excepcional. Também esperemos que desta vez o executivo rompa com a tradição, e que a taxa de execução tenha um valor condigno, e que não mantenha a taxa decrescente dos últimos anos, porque a continuar a tendência os 60% de execução do previsto não estarão tão longe assim.

Esperemos sinceramente, realmente que não, que desta vez a realidade seja outra, mas cá estaremos para verificar. O princípio do equilíbrio financeiro orçamental para 2021 está garantido. No entanto, perante um crescimento da despesa, para a qual contribui um valor de despesa fixa elevada, a compensação vem de uma orçamentação elevada da receita, que caso não se concretize, porá em causa esse equilíbrio. E como já vamos verificar, existem valores orçamentados de receitas que são no mínimo duvidosos. Em termos de receita, ela cresce nos seus dois capítulos. As receitas de capital crescem (72%) para cerca de 50 milhões de euros. Deste capítulo convém realçar que as transferências correntes sobem 9,9% e que o Fundo Equilíbrio Financeiro e as Transferências de Capital estão estimadas em 36,6% das receitas de capital. Os fundos comunitários, que crescem cerca de 40%, também tem um contributo importante nas obras que estão a decorrer em Famalicão, mas não são os únicos. Salienta-se que o total a transferir da Administração Central, para o município será de cerca de 52 milhões de euros, de acordo com o orçamento. É caso para dizer que o Governo está realmente a investir em Famalicão. Por muito que digam o contrário, por muito que salientem quando cortem as fitas, a verdade, pelos números apresentados por este executivo, que as obras que estão a decorrer em Famalicão, o investimento que está a ser feito, tem a grande colaboração e só é possível porque o Governo da República está a investir em Famalicão. Os números são como o algodão, não enganam, por muito que nos queiram dizer o contrário. Esperemos que a Câmara, quando for cortar as fitas o reconheça, não só por que lhe fica bem, mas porque acima de tudo é a verdade, por muito que a queiram mascarar. Quando olhamos para os impostos a cobrar pelos famalicenses, todos crescem, o que denota que em 2021 existirá uma pujança económica positiva. Será que este executivo sabe algo que todos nós desconhecemos? Quando todas as projeções apontam para um 2021 abaixo de 2019, e logicamente abaixo do plano apresentado para 2020, antes da pandemia, será que alguém acredita que a cobrança de impostos possa ter o aumento plasmado neste orçamento? Isto, logicamente mantendo as taxas apresentadas? É que realmente, a menos que o ano de 2021 seja um ano economicamente superior a 2019, tal não será possível, a menos que logicamente as taxas de impostos venham a aumentar. O senhor Presidente da Câmara pode garantir aos famalicenses que não aumentará os impostos? Se sim, então tem de nos explicar como é que

estas receitas sobem. Sabemos que estas previsões de receitas são necessárias para o equilíbrio financeiro deste orçamento, mas como tal não nos parece plausível, a menos que haja o tal aumento de impostos, a proposta não nos parece minimamente realista. Vejamos, a título de exemplo, dois impostos que tem uma implicação direta no poder de compra dos famalicensees, e que tem relevância para a receita desta Câmara. Em 1º lugar fazer justiça a esta Câmara, ao fim de tantos anos finalmente ouviu o Partido Socialista. Finalmente Famalicão passa a fazer parte da maioria dos concelhos que promoveu uma redução da taxa do IRS, reduzida é verdade, devia-se e podia-se ter ido mais além (ou se calhar não, que as despesas correntes não permitem). Mas sinceramente senhor Presidente, algo é melhor que nada e ao fim de tantos anos em que o PS tem reivindicado essa redução, finalmente este executivo permite que os famalicensees ganhem algum poder de compra extra. Também boas notícias relativamente ao IMI, finalmente, e como sempre defendeu o PS, as famílias famalicensees veem reconhecidas por este executivo, que um filho é um filho, e que também passam a ter desconto em sede de IMI as famílias com um filho. Como referi, as previsões de receita da soma destes 2 impostos aumentam em 2021, no caso da participação do IRS para 4,5 milhões de euros e mantem-se nos 15 milhões de euros para o IMI. Ou seja, se no caso do IMI, a previsão desta Câmara é que a benesse do desconto para casais com um filho não tenha impacto no valor apurado anteriormente, e é caso para perguntarmos o então de porquê só agora, no caso do IRS as contas são mais difíceis de compreender. Se fizermos umas contas simples, vemos que a previsão desta Câmara é que o valor declarado em sede de IRS pelos famalicensees em 2021 seja cerca de 17% superior ao que previa para 2020, isto porque a receita com uma taxa de 4,5% é superior em 277 mil euros em 2021, relativamente aos 5% previstos para 2020. O que num ano em que infelizmente a previsão é que o desemprego possa aumentar, não nos parece no mínimo realista. Logicamente que no orçamento tem de vir plasmado um equilíbrio orçamental, mas devemos atender a como é o que o mesmo é conseguido. Como já referimos e nunca é demais repetir, existe despesa que dada a sua especificidade não se prevê que possa baixar, o que caso a cobrança de receita baixe, pode pôr em causa este equilíbrio. Mas já temos vindo a alertar para este facto há muitos anos, esperando sempre que nos ouçam, de modo a corrigir a trajetória perigosa para todos os famalicensees. Para terminar esta breve análise, gostaria de deixar mais algumas

perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, para que nos possa esclarecer, juntamente com as que já referi anteriormente. Excelentíssimo senhor Presidente, a despesa associada à rubrica 020220 "Outros Serviços" apresenta um valor global na ordem dos 2,6 milhões de euros. A que se refere este montante? Qual o detalhe que originou este montante? A que se refere a receita da despesa 020224 "Encargos de Cobrança de Receitas"? A despesa associada à rubrica 020225 "Outros Trabalhos Especializados" apresenta um valor global na ordem dos cerca de 11 milhões de euros. A que se refere este montante? Qual o detalhe que originou este montante? Como referi anteriormente, considerando o refreamento da atividade económica decorrente da pandemia, qual a base de cálculo para considerar um aumento da cobrança de IMT, da Derrama e do IRS? A que se refere, no Orçamento de Receitas, a rubrica R10 130199 "Outras Receitas de Capital", outras no montante de cerca de 24 milhões de euros? A que se referem os valores inscritos no Plano Plurianual no objetivo 1.1.1.1., projeto 0199 2020 I 3 "Outras"? Qual o detalhe dos itens de investimento que originaram este montante? Senhor Presidente qual o material de transportes que está previsto adquirir e inscrito no objetivo 1.1.1.2.? Senhor Presidente a que se refere o investimento inscrito no PEDU - Integração Comunidades Desfavorecidas? Qual a poupança estimada para a colocação de iluminarias LED e quais as ruas e freguesias abrangidas por esta medida, senhor Presidente? Dos cerca de 47 milhões de euros do Plano Plurianual, quais as rubricas que se inserem especificamente nas medidas de combate à pandemia? Na eventualidade de uma determinada rubrica de investimento sustentar investimento decorrente da normal atividade de investimento e também investimento decorrente da pandemia, qual o valor associado a cada uma destas duas situações? Senhor Presidente, considerando o histórico de execução orçamental dos Planos Plurianuais de Investimento (70% em 2017, 69% em 2018 e 64% em 2019), qual a prioridade definida para cada um dos investimentos e quais os investimentos que não serão executados se a execução orçamental de receitas não decorrer conforme o esperado? Excelentíssimo senhor Presidente, esperemos e esperamos que nos possa esclarecer a mais estas questões, sendo que o Partido Socialista não comunga de varias considerações e opções que faz, parecendo-nos que os documentos apresentados têm previsões no mínimo duvidosas e desajustadas à realidade e citando aliás vossa excelência "aos tempos de grande incerteza que vivemos".

Estamos como sempre estivemos, por Famalicão e pelos famalicenses, de forma responsável e ajustada, não nos deixando enganar por máquinas de marketing. Por Famalicão e pelos famalicenses. -----

---**GERMANO ARAÚJO (PSD)** – Todos temos consciência do tempo em que vivemos, numa pandemia profunda, originando um futuro cheio de incertezas. No entanto não nos podemos demitir das nossas responsabilidades, e cada um de nós deverá fazer com que o efeito da pandemia seja o menos negativo possível. O país atravessa um momento complicado nas mais diversas áreas, o que deixará marcas profundas, principalmente aos níveis económico e social, sabemos que os efeitos deste tempo serão negativos, mas também sabemos que não nos podemos acomodar e deixar que o tempo resolva tudo sozinho. Sabemos que neste momento, a principal preocupação dos governantes, dos autarcas, das pessoas em geral, é a saúde. Aproveito para felicitar o senhor Presidente da Câmara, e a Câmara Municipal por toda a ação que tem tido no combate à pandemia, quer através do pacote de medidas anunciadas no dia trinta e um de março do corrente ano, que como todos sabemos, muito apreciadas por vários organismos, até internacionais, quer com o apoio que tem dado às instituições do nosso concelho que estão na linha da frente no combate à pandemia. Independentemente do momento difícil, hoje cabanos discutir e votar as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Vila nova de Famalicão para 2021. Este é um orçamento histórico, dado tratar-se do maior orçamento da história do nosso município, ascende a cento e trinta e seis milhões de euros, mais vinte e seis milhões do que o orçamento do ano de dois mil e vinte. Famalicão é cada vez mais um grande município, segundo o anuário financeiro dos municípios realizado pela ordem dos contabilistas certificados, o município de Vila Nova de Famalicão ocupa a décima sexta posição do ranking dos municípios. Esta classificação reflete toda a ação, força e dinamismo que existe em Famalicão, seja por parte da Câmara, das empresas ou das pessoas. O ano de dois mil e vinte e um estará associado ao desenvolvimento sustentável, que pretende desenvolver a nível local uma paisagem de qualidade de vida, de otimização das relações urbana/rural e da economia verde, sustentada numa relação harmoniosa entre a humanidade e a natureza. Além disso, em dois mil e vinte e um a implementação de políticas públicas municipais terá em consideração a evolução do impacto da pandemia no território municipal, realço a

redução da carga fiscal, quer do IMI, da Derrama e do IRS. Uma das marcas deste município desde dois mil e um, é a estabilidade do dossiê fiscal, mas face à situação pandémica, o município presta-se a ajudar as pessoas através da redução dos impostos municipais. As Grandes Opções do Plano para 2021 visam consolidar o nosso concelho como um território sustentável e de bem-estar, que aposta na melhoria permanente da qualidade de vida das gerações atuais e futuras. Estão e estarão grandes obras no território municipal, mas permitam-me destacar a nova cidade que está a nascer. O ano dois mil e vinte e um ficará marcado pela instauração de um novo paradigma de mobilidade urbana de relação dos cidadãos com a cidade de Famalicão, com a conclusão de um conjunto de obras estruturantes que estão em curso, como é o caso do Mercado Municipal, do Centro Urbano, da Estação Rodoviária, da Via Ciclo-Pedonal Póvoa-Famalicão e da Rede Urbana Ciclovias. Teremos uma cidade do futuro, vanguardista e com características próprias, quer dos seus produtos, quer das suas gentes. Nas Grandes Opções do Plano para 2021, a educação continuará a ser uma das bandeiras do município, o município pretende consolidar Vila Nova de Famalicão como um território de referência em matérias de educação e formação ao longo da vida, assegurando a igualdade de oportunidades para todos no acesso ao ensino, a promoção do sucesso escolar e a aquisição de mais e melhores qualificações. Continuará a aposta na qualificação e na modernização da rede de instalações educativas promovendo a sua adequação às exigências de uma aprendizagem de crescente qualidade. Se hoje falamos em cidades modernas e com futuro, teremos de falar obrigatoriamente em mobilidade. O município está empenhado na prossecução de uma política transversal na área da mobilidade, englobando a modernização da rede viária e a melhoria do sistema de transportes coletivos. O desenvolvimento tem que ser sustentável, tendo que haver um investimento na modernização das infraestruturas ambientais, mediante a previsão do serviço público de referência nas vertentes do abastecimento de água, do saneamento de águas residuais e na gestão dos resíduos e limpeza pública. O município de Vila Nova de Famalicão continuará o seu investimento na rede de água e saneamento, continuando a trabalhar para que tenhamos um concelho com cobertura de 100% na rede pública de água e saneamento. O ano dois mil e vinte e um será um ano em que as taxas de água e saneamento não terão qualquer atualização, e continuará até quando for necessário a medida de apoio

criada em março face ao combate à pandemia. Sabemos que o ano dois mil e vinte e um poderá ser um ano complicado, principalmente a nível social, mas os famalicenses podem confiar na Câmara Municipal e no seu Presidente, que dará a resposta que for necessária e adequada a qualquer situação de emergência social no concelho. Continuarão as medidas e programas de apoio aos jovens, aos seniores, às famílias, Famalicão continua e continuará a ser um concelho familiarmente responsável. Famalicão não se resume à cidade, e o Executivo Municipal não deixa de munir e reforçar as juntas de freguesia com os meios e recursos necessários para prestarem um serviço de proximidade/qualidade, as transferências para as freguesias serão reforçadas. Este é um orçamento onde espelha o rigor e o vigor do nosso concelho, é o orçamento em que ninguém é esquecido, é o orçamento onde a dívida aumenta, ao contrário dos anos anteriores, mas não deixa de estar muito longe dos limites legais e recomendados, e até diminui o seu peso relativamente ao orçamento, é o orçamento onde os indicadores económicos serão reforçados. É o orçamento que o PSD vota favoravelmente, com muito orgulho e na certeza que em trinta e um do doze de dois mil e vinte e um, a vida dos famalicenses será melhor do que a um do um de dois mil e vinte e um, é o orçamento que os famalicenses aprovam e que dirão que estão satisfeitos quando forem chamados para isso. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Senhor Presidente da Câmara, Doutor Paulo Cunha, as GOP e respetivo Orçamento/2021, podem ser os maiores de sempre, e são-no de facto, mas com todo o respeito, deixamos um reparo: ser grande não significa ter grandeza, e os documentos em apreço não são merecedores desse alto qualificativo. Nas ditas medidas contidas nas GOP/2021, pode aferir-se, sem qualquer tipo de dúvida, que as mesmas possuem o condão e a arte política – reconheça-se – de restituir animação a um conjunto de opções que se encontravam há vários anos em estado comatoso, induzido por outros interesses que não são seguramente do interesse do município e dos seus cidadãos, pelo contrário. E os exemplos contidos nas GOP, que passamos a elencar, tiram todo o mérito a tal “programa de festas” representado pelo executivo e, pior, constituem apenas uma parte da vastidão imensa de exemplos que aqui poderiam ser referidos. Lembramos o conjunto de medidas reivindicadas pela CDU, desde sempre, muitas delas fazendo parte dos propósitos anunciados pelo executivo, é verdade, mas que apenas tiveram implementação no plano das

intenções, já que foram consecutivamente derogadas pela Câmara e sujeitas a um, digamos compasso quaternário, para usar uma linguagem musical, bem ao gosto da orquestra, que rejeita a partitura e executa a peça apenas “de ouvido”. Já perdemos a noção do tempo que passou a partir da altura em que começamos a clamar pelo «fecho do saneamento básico» no concelho, em nome da qualidade de vida dos cidadãos e interesses do ambiente; perde-se no tempo as reivindicações dos cidadãos diretamente envolvidos nos perigos que a VIM comporta, e não se saberá por quanto tempo mais teremos de circular numa via que não reúne condições mínimas de segurança; Indagamos para quando a atenção do município para o alongamento exigível da VIM, até às imediações de Braga, urgente e necessária ligação que rasgue as tão necessárias acessibilidades para pessoas e empresas que se situam nas freguesias potencialmente envolvidas; Para quando, senhor Presidente, o fecho do anel rodoviário de Famalicão, com a construção da Variante Poente, que reorganize e simplifique o escoamento do tráfego, desviando do interior da cidade o trânsito de passagem para outros destinos; Apesar de reconhecermos melhorias neste domínio, senhor Presidente, aguardamos ainda o esforço e a capacidade de persuasão da Câmara para garantir o desejável reapetrechamento do hospital de Famalicão, da sua carenciada soma de valências, e melhoramento nas suas acessibilidades; Reclamamos há muito tempo, e com acrescida oportunidade agora que se procede à requalificação do espaço envolvente ao Mercado Municipal, cujas obras já tiveram o seu início, se o município vai resolver o problema da repavimentação exterior ao prédio da rua José Azevedo Menezes, degradado sobretudo pela utilização do público, desde os tempos de funcionamento do espaço da antiga feira; Em relação ao Cine Teatro Narciso Ferreira, em Riba de Ave, com a mesma intensidade com que a CDU sempre reclamou a sua recuperação, também agora acompanhamos com especial atenção a obra iniciada, esperando que a mesma se concretize no imediato, e que, terminada, possa envolver todas as associações culturais e recreativas daquela área, com uma programação dirigida a todas as preferências, sem descuidar as de feição popular; Famalicão, polo agregador de rotas e preferências, merece um equipamento que outras cidades importantes já detêm: um pavilhão multiusos. Nessa conformidade, senhor Presidente estranhamos que não tenha havido até agora, para além da CDU, alguém que pense na importância de relevo que tal equipamento comportaria para a nossa terra. Escusado será

enunciar todas as vantagens para a Cidade e para o Concelho, e que impacto esta obra teria nas gerações que ainda poderiam beneficiar deste empreendimento; O denominado “Centro de Atletismo”, inserto nas GOP, nada nos fala de uma reivindicação muito antiga da parte da CDU, que tem a ver com a necessidade de conclusão da já célebre e consecutivamente esquecida “pista de tartan”. Será que agora, neste final apoteótico em compasso quaternário, permita-me a repetição, a mesma está de algum modo contida neste já denominado “Centro de Atletismo”? Esperamos bem que sim, pois já nos bastam todas as oportunidades perdidas pelos nossos atletas de competição, ao mais alto nível e não só, pela não concretização desta obra tão necessária; Não encontramos nas GOP qualquer vontade de promover o prolongamento do Parque da Devesa para sul da Feira e dotação de uma das margens do rio Pelhe com ciclovia e via pedonal até à sua foz, no Rio Ave, em Lousado. Lamentamos que a Câmara não seja atenta ao que poderíamos chamar de revalorização do Parque da Devesa, implementado a ciclovia e prolongamento do parque sugeridos, em lugar de enterrar dinheiro público em ciclovias implantadas em chão alheio. Um dia, senhor presidente, as gentes de Famalicão lograrão conquistar este acréscimo qualitativo, acréscimo que dará um novo significado ao nosso grande e valioso Parque da Devesa; Defendemos a salutar iniciativa de assegurar o transporte público gratuito a todos os idosos. A Câmara, por mais de uma vez, tem dito que os encargos envolvidos são significativos, mas, senhor Presidente, não estamos a falar apenas do plano financeiro, mas de prioridades de alto significado social! Num ano em que os idosos padecem duplamente com a tristeza e a solidão, seria no mínimo razoável que eles estivessem no centro da nossa e da sua atenção. Relembramos-lhe a sua paixão, senhor Presidente, confessada na já longa e distante tomada de posse desta mesma Assembleia Municipal, onde prometeu direccionar a sua atenção para pôr fim à situação de precariedade verificada no município, concretamente na Câmara Municipal, nas suas instalações funcionais, mas lembramos -lhe que ainda a Câmara tem um número inadmissível de trabalhadores contratados a prazo, esperamos ainda, e continuamos a acreditar, senhor Presidente, que será homem para cumprir a sua principal promessa desse dia. E a tão prometida Loja do Cidadão, com 1 milhão e 786 mil euros previstos, terá mesmo a sua realização em 2021, pelo que parece, ano das vacas-gordas como se adivinha? Não conhecemos, no campo da política, nenhuma intenção que não seja boa; o que não é

bom é a falta de concretização dessas mesmas intenções; E o canil/gatil, senhor Presidente, que temos empurrado de GOP para GOP, cujo investimento comportaria 412 mil euros e que até agora se aplicaram apenas 42 mil. Quem a 412 mil, tira 42, nas boas contas, o resto que falta fazer, comportaria um valor de 370 mil euros. Como se justifica agora que, afinal, o que falta para terminar a obra são os inscritos 534 mil euros? Em que ficamos, senhor Presidente: o canil/gatil vai ou não ser concretizado? Sobre as obras de reabilitação da escola de Avidos em que, no ano passado, se previa um investimento de 200 mil euros, gastaram-se apenas 21 mil euros em 2020, estipula-se agora 850 mil euros. Será que é mesmo para valer, desta feita? Relativamente ao PDU - Plano de Desenvolvimento Urbano, no que se refere à integração de comunidades desfavorecidas, que entendemos tratar-se de melhoria ou construção de habitação, registamos os 410 mil euros consagrados no ano anterior, quando já se tinha gastado 216 mil euros. Então, para 2021, atingiremos a verba de 1 milhão e 188 mil euros, esperando que, neste cenário, os carenciados de habitação tenham efetivamente acesso a um abrigo, com dignidade; sobre o PDU regeneração urbana (praças, área central da cidade), queremos acreditar que no ano 2021 a cidade vai tornar-se numa enorme sala de visitas, que encherá o olho aos famalicenses e forasteiros que nos visitem. Dos 15 mil euros inicialmente previstos para o ano que ainda não terminou, arranca-se fulgurantemente para 3 milhões e 949 mil euros. O ano 2021 é, de facto, um ano muito promissor (...); saúda-se o investimento nas redes de saneamento do Vale do Ave, do Vale do Pele, do Vale do Pelhe e do Vale do Este, cujo montante atingirá a soma de 2 milhões e 690 mil euros, investimento que esperamos venha a ser cumprido, consoante o prometido, já que para o efeito foi aprovado o recurso a empréstimos na ordem de 1 milhão e 350 mil euros. Outra preocupação que emerge neste plano plurianual é o facto de se programar a redução e controlo de perdas de água em que, no ano anterior, se previa gastar 500 mil euros, mas que só se gastaram 217 mil. Este ano orçamenta-se 1 milhão e 106 mil euros, o que é significativo, esperamos muito sinceramente que valha apenas tal esforço. Revelamos ainda aqui, o facto de ter sido considerada pela Câmara a proposta apresentada pela CDU, de estabelecer gratuidade no acesso ao parque de estacionamento da Estação, sobretudo em consideração aos utilizadores dos serviços da via-férrea, uma boa alternativa ao transporte individual, diga-se. Esperamos continuar a merecer a melhor atenção do senhor

Presidente para futuras propostas, que venhamos a apresentar, e que seguramente o não deixaremos de fazer; poderia abordar ainda muitas questões de relevo, mas não queremos ser fastidiosos. Fica, no entanto, a constatação de uma aflitiva parcimónia no rigor das GOP ora apresentadas. Claro que a ingenuidade já não é o que foi, graças à vivência e consolidação da democracia, pelo que todos os aproveitamentos proporcionados pela ginástica orçamental, já deveriam estar em perfeito desuso, no respeito pelo verdadeiro projeto que impulse os reais interesses dos cidadãos, em nome dessa grande conquista da Revolução de Abril, que se chama Poder Local. Sobre o Orçamento Municipal (Receita), para nós o Futuro não começa agora, exercer-se agora e todos os dias. Não é, no entanto aquilo que temos vindo a verificar nos diversos planos e orçamentos apresentados por este município. E o atual não foge à regra. Por exemplo, não acreditamos na estimativa dos 86 milhões e 62 mil euros que este orçamento prevê arrecadar pela via das receitas correntes, ainda que se verifique que através da administração central nos seja transferido 1 milhão e 200 mil euros. A acrescentar a isto, constatamos que os impostos (IMI e Derrama por exemplo) tiveram um aumento de cerca de 1 milhão de euros. Mas o mais assinalável é que, através dos empréstimos a médio e longo prazo a que o município irá recorrer, os mesmos atingiram a soma astronómica de 7 milhões e 152 mil euros. Temos sempre dúvidas quanto às transferências no âmbito do quadro comunitário, uma vez que o município tem saído defraudado, pois orçamentação não é, obrigatoriamente, sinónimo de arrecadação de receita, como infelizmente se tem constatado. Estaremos confrontados com mais uma dessas já famosas engenharias orçamentais? Relativamente a empréstimos já contratualizados, de médio e longo prazo, verificamos que o seu montante global é de 4 milhões e 380 mil euros, sendo utilizados até à data da emissão deste documento 794 mil euros. Parece-nos que esta fonte se torna num salva-vidas do município, uma vez que a presente ordem de trabalhos contempla uma recusa a mais dois empréstimos: um, no valor de 1 milhão e 43 mil euros, para os espaços públicos da área central da cidade; e um outro, de 1 milhão e 950 mil euros, para o centro de atletismo de Famalicão. E, aqui, ficamos sem saber se já se contempla a tal pista de atletismo, prometida e muito badalada por este município, que aludi atrás, e que a CDU desde logo apoiou a sua concretização. E coloca-se a pergunta, senhor Presidente: quais as obras para as quais contraíram os empréstimos? Continuando. Depois de tantas

vezes termos pugnado por um aumento de transferências para as freguesias, tendo em conta o índice de inflação anual, vemos agora, finalmente (e arrogámo-nos no direito de considerar que tenha sido também pela sucessiva insistência da CDU), que as freguesias vão ser ressarcidas da perda registada, ao longo destes últimos vinte anos. Manifestamos a nossa grande satisfação por este desfecho, justo, e provavelmente pelo forte empenhamento da Câmara, também neste alcance. Sobre o orçamento das despesas: os itens sobre os quais nos temos vindo a pronunciar como não explicáveis, no essencial mantêm-se, porque as rubricas “outros” e “serviços especializados”, em que se recorre sistematicamente ao setor privado, sempre em detrimento dos serviços municipais, que são desprezados, em manifesto prejuízo do próprio município, alinhado com posições já por nós referenciadas noutras oportunidades. Quanto à “Despesa de Capital”, temos sérias dúvidas quanto à sua efetiva concretização, já que, em anteriores orçamentos, a realização final fica sempre muito aquém do que esta Câmara, de direita, diga-se, tem estimado. Pelo exposto, consideramos que o executivo camarário perde a soberba oportunidade, pela sua incapacidade de gestão na área do interesse público, de ver reconhecida, pela CDU, cabal reconhecimento de todos os seus méritos que permitissem o voto de confiança relativo ao conteúdo dos documentos apresentados, sobre os quais, votaremos contra. Obrigado pela sua atenção, senhor Presidente. -----

---**HÉLDER PEREIRA (CDS/PP)** – Relativamente ao ponto dizer que: Das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2021, que nos são trazidas à votação, pode dizer-se em primeira análise que são responsáveis e sobretudo realistas. Portugal e o mundo viram-se no ano que termina, confrontados com o flagelo da pandemia provocada pelo COVID 19, que no presente tem como consequência direta a saúde e a própria vida das pessoas, todavia, ainda que se perspetive o combate efetivo ao vírus através de um plano de vacinação, que parece estar a chegar, certo é que as consequências da pandemia, infelizmente terão reflexo no futuro ao nível económico e social, por isso, o ano 2021 será decisivo, impondo-se medidas políticas responsáveis e aptas a ajudar as pessoas a ultrapassar os efeitos nocivos que esta pandemia acarretará. Para tanto, é necessário dentro do possível aliviar a carga fiscal aos cidadãos, conferindo-lhe mais rendimento disponível e bem assim lançar mão de medidas que combatam o crescimento do desemprego através do

incentivo ao investimento. Do documento agora em discussão resulta inequívoca a preocupação do município de Famalicão no combate ao desemprego e às dificuldades que os mais afetados pela pandemia possam sofrer. O documento prevê, desde logo, cerca de 26 milhões de euros para a área social, previsão esta que configura a mais alta de sempre neste setor, o que de resto vem demonstrar a sistemática preocupação que Famalicão tem vindo a ter com a integração social. São exemplos desta despesa o apoio, por exemplo, às juntas de freguesia, e a criação de ações de apoio social, como o apoio à renda, por forma a garantir que aqueles que possam perder os seus postos de trabalho, ou ver os seus rendimentos reduzidos por força da pandemia, lhe seja garantida a habitação condigna. Aliás, este apoio à renda levado a cabo pelo município de Famalicão, não será novidade em 2021, e já foi de resto neste ano de 2020 algo de destaque por parte da ONU. Por outro lado, no que se refere à redução de impostos, a taxa de IRS, cuja parte cabe ao município, é reduzida em 10%, o que não deixa também de configurar uma medida arrojada, mas também ela responsável e bem-intencionada. Se a isto se aliar o desconto no Imposto Municipal Sobre Imóveis, que se alargará no próximo ano para todas as famílias que tenham apenas um filho, um ano em que se antevia uma quebra da receita fiscal, motivada pela inevitável retração da economia, sem dúvidas que este é um orçamento pensado para as pessoas, e para o seu bem-estar. Mas como ajudar as pessoas, também passa por medidas que permitam a manutenção dos seus empregos, pois é do fruto deles que os trabalhadores sustentam as suas famílias, este orçamento não esquece as empresas, e estende a isenção da Derrama aquelas cujo o volume de negócios não ultrapasse os 250 mil euros. Com esta decisão o orçamento municipal está não só a ajudar empresas que possam estar a ultrapassar dificuldades de sobrevivência, como potencia o investimento que naturalmente comina não só na manutenção dos postos de trabalho, mas também na criação de novos. Apesar desta despesa e perda de receita que em 2021 assumirão uma importância primordial, visto que se tratará de um ano em que se perspectiva dificuldades acrescidas, não são esquecidas as despesas de capital/investimento, que acabam também elas por constituir um motor de crescimento económico e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Mas este plano de atividades e orçamento não se esgota no combate à pandemia, e às suas consequências económicas e sociais. A análise deste documento faz-nos perceber que para além da vincada vocação para pôr cobro à crise que se

avizinha, o programa e projeto deste Executivo que levou os famalicenses a escolhê-lo, não fica por mãos alheias. Para o ano de 2021 permanece a aposta forte na qualidade do ensino, estão previstas neste plano intervenção para melhoramento em diversas escolas de vários ciclos educativos. A aposta no apetrechamento das escolas de meios tecnológicos, interativos, o apoio na aquisição de material escolar e o fornecimento de refeições escolares são projetos de continuidade que evidenciam que em Famalicão, independentemente da condição sócia-económica de cada um, todos terão em processo de igualdade as mesmas oportunidades. O mesmo acontece no plano da saúde, pois mantem-se a continuidade na aplicação de medidas que visam o acesso igualitário aos serviços, como são exemplo, o programa que promove a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, ou a implementação do projeto da Clínica da Mulher, da Criança e do Adolescente, em cooperação com o Centro Hospitalar do Ave. No domínio da habitação, este plano promove, como já tivemos oportunidade de referir, a habitação digna para todos, com a aposta no apoio financeiro ou arrendamento habitacional, bem como no apoio à requalificação e beneficiação de habitações em mau estado de conservação. Este plano e orçamento para 2021 não esquece também, que crescer é importante, mas deve sê-lo sempre de forma sustentada e com respeito pelas gerações vindouras, e nesse sentido destaco duas áreas de intervenção: - Uma primeira, de índole qualitativa, que tem que ver com a área ambiental, e uma segunda, do foro quantitativo que se prende com as despesas de investimento no setor. No domínio ambiental, este plano e orçamento tem a responsabilidade de compreender que o crescimento deve ser sempre acompanhado de políticas de proteção e salvaguarda dos recursos naturais, e também de atribuição às pessoas das condições de salubridade necessárias, como sejam, o abastecimento de água ou o saneamento. Em conclusão, este é um plano e orçamento que mantem as linhas de orientação dos últimos anos, e que tem lançado Famalicão para patamares de excelência reconhecidos ao nível nacional, sem esquecer naturalmente a conjuntura difícil, diferente e imprevisível em que vivemos. Por isso, termino citando o próprio senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão, na sua reação à aprovação deste documento em sede de Reunião de Câmara, em que disse: - “Que a grande ambição do orçamento para 2021, é a conciliação entre uma perspetiva de abrandamento económico e o aumento da despesa social, fruto da pandemia, mantendo a

linha orientadora da política deste Executivo”. Disse ainda: “Que entende ser possível com muito esforço municipal, com rigor e boa gestão, que no final de 2021 possamos dizer que conseguimos vencer a dimensão socioeconómica da pandemia e cumprir os nossos compromissos”. Dito isto, da parte do CDS, pela coragem e o arrojo plasmados no plano para 2021, queremos que esses objetivos sejam alcançados, e que uma vez mais Famalicão será um exemplo de sucesso, não apenas no combate à crise, mas também no cumprimento dos compromissos assumidos com os famalicenses. -----

---**PAULA DOURADO (PSD)** – Estamos a analisar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021. É sobre a análise deste documento, destas Grandes Opções do Plano que nos detemos. O orçamento decorre das opções de governação que são tomadas, é, por isso, instrumental, o essencial aqui é o programa do governo municipal. Os partidos da oposição têm sistematicamente começado a discussão sempre ao invés: fazem os jogos de números, apresentam grandes tabelas sobre a evolução dos orçamentos ao longo dos vários exercícios, considerações sobre o aumento das despesas, considerações sobre a falta de investimento em infraestruturas, considerações sobre os fundos comunitários, esquecendo-se de que os fundos comunitários são geridos pela Comissão Europeia e pelo Governo Nacional, que impõem, eles próprios, os ritmos de abertura de candidaturas e de libertação das verbas, e que as candidaturas a estes mesmos fundos comunitários exigem sempre projetos de elevada qualidade, com grau de especificação, e, que no caso de se tratar de obras, o candidato, neste caso os municípios, ou neste caso em concreto, o município de Famalicão terá que apresentar a prova da propriedade do terreno ou do edifício e o projeto de execução aprovado, para além de que a captação de fundos comunitários obriga sempre a uma fatia significativa de comparticipação por parte do orçamento municipal, pois o financiamento comunitário, todos sabemos, não é nunca a 100%. O financiamento comunitário, em regra, não ultrapassa os 60%. Mas... Senhoras e Senhores Deputados, façamos o exercício que deve ser feito! Tenham a coragem de aqui e agora dizerem a esta Assembleia com qual das linhas de ação, com qual das medidas, com qual dos projetos não concordam, e, portanto, propõem que seja abandonado e seja retirado destas Grandes Opções do Plano para 2021. Vamos ao concreto. Falamos de um Plano de Ação para 2021, que, numa linha de continuidade e de consistência política, engloba vários domínios de

atuação, que enformam uma estratégia que está alinhada com a estratégia definida no próprio Plano Estratégico “Famalicão Visão’25”. Abordarei aqui fundamentalmente os investimentos que contam com o financiamento comunitário, ou melhor, o cofinanciamento comunitário, pois o Município de Famalicão, como todos os outros Municípios, tem de garantir uma fatia significativa do custo da execução do projeto ou da obra. Neste assunto dos fundos comunitários muita coisa tem sido dita. Afirma o PS na sua Declaração de Voto e cito: “Graças às Transferências da Administração Central, foi e continuará a ser possível realizar obra, que o município se encarregará de propagandear. Bom seria reconhecer-se que sem a Administração Central e em particular os fundos comunitários e a contratação de empréstimos, a gestão do município seria mera gestão corrente.” E afirma ainda: “A previsão de crescimento do valor orçamentado face a 2020 seria uma boa notícia, acaso tal se devesse a um crescimento sustentado e não excepcional. Os fundos comunitários têm carácter periódico e condições de elegibilidade, o que os torna incertos e como tal não permanentes.” Fim de citação. Ora, dois pontos prévios: O PS afirma: “Graças às transferências da Administração Central” a Câmara Municipal tem conseguido realizar obra. O Senhor Deputado Paulo Pinto na sua intervenção de há pouco reiterou este mesmo facto, afirmando que o Governo Central está a investir muito em Famalicão. Não nos iludamos, Senhores Deputados, a Administração Central transfere recursos financeiros para o Município de Famalicão, não porque seja um ato de extrema bondade para com os Famalicenseiros ou porque tenha uma simpatia especial pelo Senhor Presidente da Câmara. Não, Senhoras e Senhores Deputados! As verbas transferidas da Administração Central decorrem da Lei, é assim, é a Lei das Finanças Públicas e das Finanças Locais. A Administração Central não transfere mais do que aquilo a que Famalicão tem direito, e os seus cidadãos, pelos impostos que pagam para o País, bem pelo contrário, em muitas situações transfere até a menos, e muito mais tarde do que deveria fazê-lo. Depois...falam em fundos comunitários, senão fossem os fundos comunitários, a Câmara Municipal não realizaria obra... diz o PS. Ora duas perguntas: Senhores Deputados, para que servem os Fundos Comunitários? Para o Governo negociar os Programas de Financiamento Comunitário com a Comissão Europeia, anunciar grandes vitórias nas negociações à mesa do orçamento europeu, falar de bazucas todos os dias, bazucas e mais bazucas e depois...

ficaríamos por aí??? A execução dos fundos comunitários seria desnecessária. É isso??? Basta contratar os fundos comunitários com a Comissão Europeia, e depois ficamos por aí, não é necessário executar os fundos comunitários, é o que parece!!! Senhoras e Senhores Deputados, todos sabemos que, para executar os fundos comunitários é necessário que as Câmaras Municipais, as Empresas e outras organizações apresentem candidaturas ganhadoras, que as vejam aprovadas e que a seguir as executem com eficácia e eficiência, ora é isto que o município de Vila Nova de Famalicão está a fazer, atendendo às oportunidades que existem de execução de obra com apoio de fundos comunitários. Quanto à execução dos projetos: Não basta ver projetos aprovados, é necessária energia e saúde financeira para garantir a execução física e financeira dos projetos. E desse ponto de vista, o Município de Famalicão está muito bem, pois tem conseguido captar os fundos comunitários para projetos estruturantes, que de acordo com o plano estratégico municipal e, do ponto de vista da concretização de candidaturas, é dos Municípios que mais executa. Isto denota uma estrutura de recursos humanos forte e altamente competente, apoiada naturalmente na boa saúde financeira do Município para honrar os compromissos em tempo. Chama-se a isto utilização eficiente dos financiamentos europeus e capitalização de recursos para o desenvolvimento local em prol da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos famalicenses. Aliás, Famalicão compara muito bem com o nível nacional, pois se olharmos para a execução do Portugal 2020, no todo nacional, constatamos que no final do terceiro trimestre de 2020 se registava uma taxa de execução de apenas 53%, Senhoras Deputados, em Portugal. Em Famalicão, os fundos comunitários são efetivamente bem aproveitados, salientando-se, conforme já foi aqui nesta Assembleia referido: O PEDU, no âmbito da Reabilitação Urbana do Centro da Cidade; A Mobilidade e a Rede de Ciclovias. No âmbito da Cultura e Equipamentos culturais, destaque para os Projetos associados à Rota de Camilo, com a intervenção na qualificação da estrutura de acolhimento da Casa de Camilo, e com a Reabilitação da Casa do Caseiro. No âmbito da Inovação e da Economia, destacar o Centro Tecnológico das Carnes – o TecMeat, instalado no CIEES. Muitos outros projetos haveriam a destacar, e que também já foram aqui aventados: O Centro de Atletismo; A Eficiência Energética dos Edifícios Municipais, designadamente as Piscinas; A Reabilitação de Escolas; A Rede Viária Municipal, muitos outros. Até aqui falamos de projetos

aprovados no âmbito do Norte 2020, com todos os requisitos que o Programa impõe. Estamos a falar, portanto, de 34 milhões de euros captados para Famalicão, com um investimento total de 52 milhões de euros. É uma captação efetivamente de fundos comunitários sem precedentes! E agora, saindo do quadro da avaliação nacional, vou só referir um Projeto que foi recentemente aprovado em concorrência com todos os Países da União Europeia, apresentado diretamente na Comissão Europeia e avaliado por um Painel Internacional de Peritos, e que está num lote de quinze projetos europeus aprovados, veja-se, quinze projetos a nível da União Europeia e o projeto de Famalicão, o Life Pateiras está efetivamente nesse lote de projetos aprovados. Isto é notável e devia encher-nos a todos de orgulho. Posto isto, pergunto: - Com qual destas concretizações não estão os senhores Deputados de acordo? Ou será que não estão de acordo com a execução de fundos comunitários no território de Famalicão? Não deveria o município candidatar-se a fundos comunitários, é isso? Aqui fica, pois, a pergunta. Com qual dos projetos e linhas de ação não estão de acordo? Digam-no claramente. Isto representa, Senhoras e Senhores Deputados, uma escolha, uma orientação política firme. É intencional. E nós Grupo Municipal do PSD acarinhámos esta orientação de política, porque acreditamos que o desenvolvimento social, mas também o desenvolvimento económico, e o desenvolvimento ambiental e de sustentabilidade são três pilares fundamentais de uma comunidade com maior coesão social, mais equidade e mais qualidade de vida. Obviamente daremos o nosso apoio, muito obrigada. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS/PP)** – Quero saudar em primeiro lugar, o senhor Presidente da Câmara pelo aumento que deu sobre a verba livre às freguesias com mais 10%, aos senhores Presidentes de Junta, que eles merecem tudo isto e muito mais, são as pessoas que estão na linha da frente, junto das suas populações, trabalham em prol das populações das freguesias, vinte e quatro horas por dia, estão sempre disponíveis, eu já passei por isso, sei bem o que isso custa, ser Presidente de Junta. Então senhor Presidente da Câmara saúdo-o por este aumento, espero que este seja o primeiro, dos primeiros aumentos para os senhores Presidentes de Junta, muito obrigado por isso, senhor Presidente. Agora vou passar aqui pelos apoios, apoios às freguesias. A Câmara vai apoiar neste orçamento para 2021, quatro milhões, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e seis euros. Há bocado o

Engenheiro Paulo Pinto disse que a Câmara tem previsto em apoios às freguesias esta verba para o próximo ano, porque é ano de eleições. Eu desafio o Engenheiro Paulo Pinto, que tenho muita consideração por ele, e ele se estiver a olhar para mim, vê este documento aqui, que é a informação do senhor Presidente da Câmara do último trimestre, que está aqui, veio para os Deputados que pediram os documentos em papel, e nestes três meses a Câmara transferiu para as freguesias um milhão quinhentos e vinte mil euros, no último trimestre deste ano, o que quer dizer, divide-se em quatro trimestres, eu posso fazer a conta e procurar os documentos dos outros trimestres que faltam, e se calhar a transferência, e não foi ano de eleições, a não ser para a comissão política, posso procurar as transferências que foram feitas para as freguesias, provavelmente o valor é superior aos quatro milhões, duzentos e sessenta e seis mil euros. Depois temos aqui, o tecido associativo, temos aqui previsto neste orçamento para 2021, sete milhões, oitocentos e cinquenta e um mil euros e quinhentos, temos no apoio às famílias, um milhão, seiscentos e setenta e sete e trezentos. Isto é um orçamento solidário com os mais pobres, tanto o apoio às rendas, como o apoio aos transportes, como o apoio aos livros, continua esta Câmara Municipal com a Presidência do Doutor Paulo Cunha, continua a ser solidário com os mais pobres, os mais carenciados. Depois temos a nível de transportes para as escolas, está previsto dois milhões, duzentos e onze mil euros, refeições escolares, um milhão, quatrocentos e três mil euros, a ação social, também é importante, setecentos e vinte e cinco mil euros, quase um milhão de euros só para a ação social. Atividades de enriquecimento curricular, duzentos e noventa mil euros e meio, investimento - escolas, que é muito importante no concelho de Famalicão, quatro milhões, duzentos e vinte e seis, seiscentos e sessenta. Nas vias de comunicação, treze milhões, trezentos e catorze e setenta e sete, este investimento nas vias de comunicação tem a ver também com obras financiadas, como por exemplo, o parque do centro da cidade, faz parte deste volume de obras. E refiro, falando nesse volume de obras, e falando no parque da cidade, é muito mais importante este investimento, do que o derrube de uma simples árvore, que a Câmara vai acabar por colocar árvores no parque, e onde vai ser feita esta mesma obra, vai ter muitas mais árvores do que as que tem. Senhores Deputados e senhores Presidentes de Junta, devem-se lembrar, uma árvore no centro da cidade, isto talvez há vinte e cinco anos atrás sensivelmente, se não me foge a memória, dentro disso, caiu em cima de

um automobilista e matou o condutor. Ninguém fala disso, uma simples árvore, ou derrubar árvores, aquelas mais velhas não têm problema nenhum, não se vai estragar um parque com cerca de dez milhões de euros, um centro urbano de uma cidade, por motivo de uma árvore, que colocasse outra e passado meia dúzia de anos a árvore está praticamente com a mesma dimensão. Água e saneamento, cinco milhões, cento e vinte e oito mil, trezentos e noventa e seis euros, é um investimento a nível de ambiente dos mais importantes dos últimos anos. Cultura e desporto, nove milhões, duzentos e sessenta e dois, seiscentos e cinquenta. O que quer dizer, nestas doze rubricas este orçamento prevê cinquenta e um milhões e meio de euros. A dívida, a trinta de novembro são trinta milhões, setecentos e quarenta mil euros, em 2019 eram trinta e um milhões, setecentos e trinta e três, portanto há aqui uma diferença de um milhão de euros, uma diferença de um mês, para trás ou para a frente. Ainda está previsto neste orçamento uma baixa de impostos, tanto para as famílias mais carenciadas, como aquelas famílias que têm mais filhos. Há trinta anos atrás dizia-se que uma família, ou um pai e uma mãe que tivesse dez ou onze filhos, que é o meu caso, somos onze irmãos, graças a deus todos vivos, diziam sempre, a família é pobre. Portanto, isto mudou, mesmo para quem tem dois ou três filhos é considerada uma família pobre, muitas delas, e a Câmara é solidária com estas famílias. Responder aqui um bocadinho também ao Daniel Sampaio, eu partilho da ideia do Pavilhão Multiusos, nós sabemos que o Pavilhão Multiusos por muito barato que seja, custa mais de dez milhões de euros, mas a Câmara Municipal tem o mais importante, que é um terreno junto a uma variante que dá para construir um Pavilhão Multiusos em Famalicão, bem gostaria de o ver. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Eu não vou sequer tentar, porque não consigo responder a todas as questões que foram colocadas, e antes de fazer algumas referências, não deixo de evidenciar a minha total disponibilidade para as questões que me queiram fazer por escrito, porque algumas delas pressupõem o rigor da resposta a vários níveis, e eu obviamente, não responderei às questões relativamente às quais neste momento não tenha essa informação com o rigor que é devido perante cada pergunta que me foi feita, e por isso, às questões que eu não me referir agora, peço aos senhores Deputados que, se assim o desejarem, como é óbvio, façam a questão por escrito, que terei todo o prazer e sentido de responsabilidade para vos responder. Sobre questões que aqui trouxe o senhor

Deputado Paulo Pinto, só duas notas se me permitir, a primeira, para dizer ao senhor Deputado que há uma série de reticências que resultam do pressuposto da sua intervenção, não posso como é óbvio responder às reticências que aqui trouxe, atrevo-me a pedir que espere pelo decurso do tempo, aguardemos a execução, e quando em dois mil e vinte e dois se discutirem as contas do exercício para que agora se programe e se apresente este orçamento, possamos constatar se aquilo que foi anunciado, foi ou não foi executado. Já percebi que a sua perspetiva é diferente da minha, a minha é de que estamos em condições de assegurar essa mesma execução. Quanto à questão do aumento de impostos, senhor Deputado é óbvio que não haverá aumento de impostos, é óbvio que não haverá aumento de impostos, dir-lho-ei as vezes que quiser, aliás há redução de impostos senhor Deputado, há redução dos três impostos, o senhor referiu dois, referiu o IMI, referiu o IRS, não referiu a Derrama, pelo menos não o ouvi falar na Derrama, mas também há uma redução ao nível da Derrama, porque a isenção da Derrama chega às empresas até duzentos e cinquenta mil euros de volume de negócios, quando no orçamento anterior só chegava às empresas até cento e cinquenta mil euros. Isto demonstra a enorme sensibilidade social deste orçamento com famílias e com as empresas do nosso concelho. Quanto a questões que aqui colocou acerca da, não sei se chamou irrealismo, a expressão é minha, mas em relação à receita dizer-lhe que a receita é projetada senhor Deputado, e é projetada com base em regras nacionais, nomeadamente o POCAL e a SNC, que são regras pré-estabelecidas, não são definidas pela Câmara Municipal, são fixadas nomeadamente, por diplomas nacionais que a Câmara Municipal respeita, e portanto, a nossa previsão da receita está assente nomeadamente naquilo que é a receita dos últimos vinte e quatro meses, é aí que se faz a previsão da receita, se a receita vai ficar aquém, ou se vai além desse montante, é uma questão de execução, nenhum Presidente de Câmara consegue antecipar com o rigor que gostaríamos todos, qual vai ser a execução orçamental ao nível da receita. Se a execução ficar abaixo do que está previsto, pois com certeza que assim será, o Presidente de Câmara não vai aumentar aos impostos para compensar a redução que resulte da menor execução em relação ao que está previsto. Mas que fique claro, a Câmara Municipal não inventa impostos, não ficciona receita, não tem nenhuma varinha mágica que lhe permita inventar uma receita para lhe trazer qualquer tipo de exercício de equilíbrio orçamental, sabe senhor

Deputado, isso acontece é a nível nacional, a nível nacional é mais fácil, contrai-se mais dívida, e facilmente se consegue esse mesmo equilíbrio orçamental. A nível local isso não acontece, nem em Famalicão, nem em nenhum dos outros trezentos e sete concelhos deste nosso país. Por último, em relação a algumas rubricas, situou-as como outros, é uma discussão antiga senhor Deputado, há de recordar-se, o senhor veio aqui fazer um exercício de memória sobre outras conversas, relembro-lhe também esta, senhor Deputado, mudem a lei, a maioria parlamentar que altere a lei, não é o Presidente de Câmara que decide que todas as despesas ou quase todas as despesas na área ambiental, com água, com saneamento e com resíduos entrem numa rubrica chamada outros, o Presidente de Câmara não pode criar uma rubrica própria, isto não é assim, o senhor Deputado tem com certeza conhecimentos técnicos que lhe permitem concluir, que nenhuma Câmara Municipal pode criar rubricas orçamentais diferentes daquelas que estão previstas no sistema nacional, portanto nós cumprimos o que está previsto, e por isso, mudem a lei, que nós obviamente que a cumpriremos como estamos neste momento a cumprir. Mas, quando pergunta, o que é que são estes outros, o senhor Deputado sabe muito bem o que é que são estes outros, mas eu digo-lhe, são despesas ao nível daquilo que chamamos os serviços ambientais, nomeadamente água, resíduos e saneamento. Mas repito, comecei por dizer, o que quiser saber com mais pormenor, pois com certeza que é o seu direito, e é minha obrigação informá-lo, peço tão só que o faça por escrito. -----

--- Senhor Deputado Daniel Sampaio, a primeira parte da sua intervenção, é uma intervenção típica da Assembleia da República, eu não me atrevo a pedir-lhe que num âmbito de um futuro acordo de base parlamentar para aprovar um orçamento, interceda por Famalicão, e peça que essas obras infraestruturantes, nomeadamente, o hospital, a rede viária, falou no prolongamento da variante, a VIM até Braga, pois com certeza senhor Deputado, estou inteiramente ao seu lado para ajudar a criar condições para que este Governo que governa Portugal, invista na rede viária em Famalicão, porque há de reconhecer que esses investimentos são de nível nacional e não nível local. Quanto a algumas questões que colocou, uma relacionada com a rua José Azevedo Menezes, essa rua senhor Deputado faz parte do plano de intervenção, aquela intervenção que está a acontecer na Mouzinho Albuquerque ou chamado antigo Campo da Feira, como queira, vai

obviamente contemplar também essa artéria. Sobre o Centro de Atletismo, obviamente que terá uma pista de atletismo senhor Deputado, a pista de atletismo não é o único elemento, mas será um dos elementos do Centro de Atletismo que está em curso e que faz parte deste plano que aqui trazemos. Quanto aos trabalhadores contratados a prazo, senhor Deputado, só pode estar mal informado, só há uma situação em que eu admito que haja contratados a prazo na Câmara Municipal de Famalicão, é naqueles casos em que o programa também é a prazo, se a Câmara Municipal tem um programa, como tem um ou outro, imagine um programa com a Universidade do Minho, caso concreto que me recorde na área da educação, que pressupõe a contratação de recursos, como o caso do CLDS - Contrato Local de Desenvolvimento Social, que tem um prazo, salvo erro, de três anos, é óbvio que nestes projetos que são datados, que são dois anos ou três anos. A Câmara Municipal tem que contratar a prazo, porque são projetos que quando terminarem é suposto que o quadro não fique no município, porque não há projeto para executar, em todos os outros casos, senhor Deputado, não há nenhum trabalhador a prazo na Câmara Municipal de Famalicão, o que eu disse, estou a cumprir escrupulosamente, e portanto, se esta questão para si é essencial, e não duvido que o seja, fique seguro de que estamos a cumprir aquilo a que se referiu na intervenção que fiz e que me recordo perfeitamente. Loja do Cidadão, senhor Deputado, a obra está em execução, pode não saber, mas está em curso, a obra não vai começar, já começou, e portanto, está a ser executada, esperemos que tão brevemente quanto possível esteja pronta, um dia falaremos sobre isso senhor Deputado, nomeadamente, acerca de quem custeia, ou quem vai custear essa obra, mais uma vez, vamos ter surpresas acerca daquilo que é o envolvimento nacional nestas infraestruturas que são nacionais, senhores Deputados, porque os serviços que ficarão na Loja do Cidadão não são serviços municipais, o Registo Civil, o Registo Predial ou Registo Comercial, a Segurança Social, a Autoridade Tributária não são serviços municipais, são serviços que estão em péssimas condições. O que aconteceu recentemente com o Registo Civil e com a Segurança Social é uma evidência do quão mal estes serviços funcionam em Famalicão, e sobre isso, poucos falaram acerca da matéria, foi ensurdecador o silêncio, quando se soube que em Famalicão a Segurança Social fechou. Senhores Deputados, os serviços locais da Segurança Social em Famalicão estiveram encerrados, numa altura em que vivemos uma crise de dimensão internacional,

com cada vez, infelizmente, mais pessoas a precisar de apoios sociais, e foi aqui que houve uma descontinuidade do serviço social no nosso concelho. O que aconteceu com o Registo Civil, associado aos enormes atrasos que existem, que são públicos, na emissão desses documentos, são sinais de degradação dos serviços públicos estatais no concelho de Famalicão, nós com a Loja do Cidadão queremos contribuir para que isso melhore, mas reconhecemos que não é tarefa da Câmara Municipal executar essa intervenção. Por último, senhor Deputado, quanto ao Centro de Recolha Animal, está em curso também a obra, estará pronta em breve, teremos em Famalicão um Centro de Recolha Animal digno, mais uma promessa cumprida, também sei que para si é essencial, fique seguro que essa obra estará concluída. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Eu só vou fazer uma intervenção bastante rápida, mas já que o meu nome foi referido tantas vezes, acho que faria sentido, voltar só aqui a esclarecer dois a três pontos da situação. Em primeiro lugar, senhor Presidente da Câmara, uma vez que neste momento não dispõe de todos os meios que nos possa esclarecer relativamente às perguntas, logicamente que eu farei chegar por escrito o requerimento relativamente às respostas para que nos possa esclarecer, porque acima de tudo, nós queremos é ser esclarecidos, aliás como reconheci, nós estamos cá para o bem de Famalicão e reconhecemos quando há atitudes positivas no orçamento, como foi a questão da aceitação por parte deste executivo da integração no plano do orçamento de algumas propostas do Partido Socialista, nomeadamente através do IMI, da redução do IMI e do IRS, estamos cá para aplaudir nesse sentido. Portanto, relativamente às outras situações, gostaríamos de ser esclarecidos, porque provavelmente algumas delas até poderão ser do nosso agrado e mostrar o nosso apoio. Relativamente a outra questão, eu ouvi com atenção também a intervenção da senhora Deputada Paula Dourado, e vi que em vez de defender tanto o orçamento, atacou mais o Partido Socialista, isto é sinal, nós que já andamos nisto há tantos anos, sabemos muito bem que quando alguém do círculo do poder não tem argumentos para fazer um orçamento, o argumento é atacar a oposição. De qualquer maneira, eu gostaria de referir duas ou três situações das suas afirmações: primeiro, o reconhecimento de que sem as transferências governamentais não era possível fazer obras, portanto, bem no sentido daquilo que eu falei, e que os Vereadores da Câmara Municipal também falaram, referiram, que esta Câmara

Municipal, as obras que estão a ser feitas tem sempre o cunho do Governo. Por outro lado, referiu e pareceu, para quem ouviu a sua intervenção, parece que só surgiram agora os fundos comunitários, e que para chegar aos fundos comunitários é preciso sempre um grande trabalho e tal! Eu gostaria de acrescentar aqui só dois dados para nós também enquadrarmos esta questão. Quando falamos de Plano Plurianual de Investimentos, convém ver a percentagem de execução que falou, aliás a senhora Deputada referiu algumas percentagens de execução, e eu vou fazer um traçado histórico: em 2013, a percentagem executada foi de 56,7; em 2014 - 58,2; em 2015 - 50; em 2016 - 44,4; em 2017 - 51; em 2018 - 42; em 2019 - 54, certamente todos sabemos que os quadros/fundos comunitários não surgiram só agora. E se é preciso tantos meios, com que prende com isso, Famalicão tem uns excelentes técnicos, excelentes funcionários, aliás outra coisa não seria de esperar, que sendo o décimo sétimo município a nível nacional, que tem o maior volume de despesa paga com o pessoal, portanto é sinal de alguma coisa. É um bocado incompreensível, como se tenha esperado tanto tempo para realmente haver obra, mas de qualquer maneira, eu fiz outra pergunta ao senhor Presidente, o senhor Presidente também não me souber responder, é de saber se realmente as receitas não cheguem para o valor, quais serão as obras que estão previstas, plasmadas no orçamento, em que não irão ser alvo realmente do seu termino. -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2021, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, DOZE VOTOS CONTRA E UMA ABSTENÇÃO. -----

---TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE: -----

--- 1 - NÃO PRETENDER EXERCER NO ANO DE 2021, AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, NOMEADAMENTE AS SEGUINTE: -----

--- 1.1 - NÃO PRETENDE EXERCER AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO -

CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO;-----

--- 1.2 - NÃO PRETENDE EXERCER AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 23/2019 DE 30 DE JANEIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO – CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE; -----

--- 1.3 - NÃO PRETENDE EXERCER AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO – CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL; -----

--- 2 - RELATIVAMENTE À TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIA PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO ÂMBITO DO PREVISTO NOS SEGUINTE DIPLOMAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- 2.1 - NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 75.º DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO, DIPLOMA QUE CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO, SEM PREJUÍZO DO ESTABELECIDO NA CLÁUSULA 10.ª DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS N.º 562/2015, PUBLICADO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA EM 28 DE JULHO DE 2015; -----

--- 2.2 - NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 26.º DO DECRETO-LEI N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO, DIPLOMA QUE CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE; -----

--- 2.3 - NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO N.º 32 DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E N.º 2 DO ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO, DIPLOMA QUE CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE

COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA
AÇÃO SOCIAL. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---**PAULO PINTO (PS)** – O município de Famalicão continua a não aceitar competências previstas na lei, realmente existe aqui um adiamento da parte do Governo relativamente à situação das competências. É dos poucos municípios a nível nacional, já referi isto algumas vezes que não aceita nenhuma competência, da nossa parte é incompreensível, poderia aceitar algumas. Gostaria também só de acrescentar mais algo, que é relativamente à justificação que o senhor Presidente da Câmara normalmente dá, relativamente a não haver um envelope financeiro correspondente. Gostaria de trazer aqui, foi uma situação que eu já trouxe em anteriores Assembleias, mas trazer de forma mais convicta. O município de Famalicão foi dos primeiros, foi na altura, aqui há uns anos, no âmbito do contrato interadministrativo de delegação de competências na área da educação do município de Vila Nova de Famalicão, que foi na altura proposto, a Câmara Municipal aderiu, o Governo era de outra cor, a justificação que diz para essas competências é não haver envelope financeiro. Na altura o requerimento que eu fiz ao senhor Presidente da Câmara, e que teve a gentileza de me responder, apresentou-me que a receita relativamente a este contrato que vinha era de 6,6 milhões de euros, quando a despesa era 7,1, ou seja, realmente o envelope financeiro que vinha do Estado para fazer face às despesas neste âmbito não chega, portanto, o argumento de dizer que não pode aceitar estas competências, porque não há envelope financeiro, “*cai por saco roto*” perante esta situação e este argumento. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Partido Social Democrata tem repetido nesta Assembleia Municipal e tem afirmado que descentralizar competências no poder local é um ato de inteligência, mas descentralizar sem fundamentar e sobretudo sem financiar na medida do exigível as competências transferidas é uma fraude política. Descentralizar é fazer mais com os mesmos meios, mas a verdade é que esses meios têm de chegar aos Municípios e tem que chegar às Freguesias, e os municípios e as freguesias têm de estar na posse de toda a informação. A Câmara Municipal, e nós já tivemos a oportunidade de fazer esse debate em sede da Assembleia

Municipal, tem declinado a aceitação da transferência de novas competências, desde logo, ao contrário do que disse o Deputado Paulo Pinto, não é apenas por insuficiência de meios financeiros, é desde logo pela insuficiência de informação para uma tomada de decisão consciente e que possa naturalmente, melhor servir os famalicenses. Não tem faltado empenho, nem disponibilidade da Câmara Municipal, as respostas, essas, senhores Deputados, é que são inexistentes ou são insuficientes. É verdade que há muitos municípios que aceitaram a assunção de novas competências, é um facto, estão no seu direito, como está no direito da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão as recusar. Mas, senhor Deputado, por aquilo que nós vamos sabendo, podíamos com segurança afirmar que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão tem estado bem neste processo, uma circunstância que naturalmente é extensível a muitas outras autarquias do país e, podemos dizer que quem tem estado mal, ou pelo menos não tem estado bem, é o Governo da República. E se dúvidas existissem, senhores deputados, eu convido-os a lerem um documento emanado do Gabinete da Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, é um documento denominado “Relatório do Roteiro para a Descentralização”. E que procura fazer naturalmente o ponto da situação sobre o processo em curso, e de acordo com esse documento, as conclusões que daí se podem extrair, só vem confirmar aquilo que nós temos vindo a dizer. Segundo este relatório, muitas das autarquias, não diria que são todas, mas diria muitas autarquias que aceitaram a transferência de competências: Reclamam que as verbas transferidas são insuficientes para fazer às competências recebidas; Afirmam que o processo de descentralização não transporta os necessários recursos humanos às exigências de organização e de gestão para o exercício das competências transferidas; Denunciam a insuficiência da informação disponibilizada e até mesmo de ausência de respostas e de diálogo. Receiam não haver fundos nos programas operacionais regionais para realizar intervenções nas infraestruturas que transitaram da esfera da administração central. Etc., etc., etc... Na área da educação, por exemplo, os autarcas que aceitaram competências falam em ausência de recursos humanos suficientes, em sérias dificuldades de coordenação de apoios alimentares e gestão da escola a tempo inteiro, insuficiência de meios financeiros para suportar os encargos com a conservação e a manutenção das infraestruturas. As críticas continuam na área da saúde, com os autarcas que

aceitaram a transferência de competências, a assegurar que os imóveis transferidos não satisfazem os requisitos definidos na própria lei, que os encargos com a sua manutenção estavam incorretamente quantificados, que há uma deficiente articulação com os Agrupamentos de Centros de Saúde, que as viaturas que receberam estão obsoletas na sua maioria, e que as verbas transferidas não permitem suportar os investimentos necessários para corrigir a degradação das infraestruturas e a manutenção de espaços verdes das unidades, nem a contratação de assistentes operacionais ou de assistentes técnicos. Portanto, já se percebeu, que muitas das autarquias não estão propriamente contentes com a decisão que tomaram. Aliás, o Governo admite a necessidade de introduzir correções e comprometeu-se em as fazer, e por isso, como a pressa é uma amiga que trai, não vemos razões para essa pressa, muito menos na área da Educação, que aqui, claramente há um retrocesso relativamente aquilo que era o “Programa Aproximar”. Tivemos razão no passado, estamos certos de que o futuro nos voltará a dar razão. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Eu só quero dizer o seguinte, a CDU reedita aqui a sua posição, que nestas últimas votações referentes a este tipo de assunto, e é uma posição consentânea com a maioria, mas eu penso que será provisoriamente, porque para nós, CDU, o problema de fundo não é apenas a questão do dinheiro, é a questão de que esta transferência de competências inventada agora, enfim, serve apenas para iludir a obrigação de aplicar um preceito constitucional, de se promover a regionalização, e por isso mesmo, a CDU sabe que faz coincidir a sua posição neste momento com o PSD e o CDS, julgo adivinhar que será essa a posição, mas não ficamos satisfeitos apenas com esta rejeição. É preciso reinventar o modo, e a bússola está escrita na constituição, deve ser a regionalização, e a CDU defende que assim possa vir a acontecer no mais breve prazo de tempo possível. -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE:** -----

--- **1 - NÃO PRETENDER EXERCER NO ANO DE 2021, AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, NOMEADAMENTE AS SEGUINTE:** -----

--- **1.1 - NÃO PRETENDE EXERCER AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO -**

CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO;-----

--- 1.2 - NÃO PRETENDE EXERCER AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 23/2019 DE 30 DE JANEIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO – CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE;-----

--- 1.3 - NÃO PRETENDE EXERCER AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO – CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL. FORAM AS MESMAS APROVADAS, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SETE VOTOS A FAVOR E ONZE VOTOS CONTRA. -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE:-----

--- 2 - RELATIVAMENTE À TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIA PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO ÂMBITO DO PREVISTO NOS SEGUINTE DIPLOMAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

--- 2.1 - NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 75.º DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO, DIPLOMA QUE CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO, SEM PREJUÍZO DO ESTABELECIDO NA CLÁUSULA 10.ª DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS N.º 562/2015, PUBLICADO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA EM 28 DE JULHO DE 2015; -----

--- 2.2 - NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 26.º DO DECRETO-LEI N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO, DIPLOMA QUE CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE;-----

--- 2.3 - NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO N.º 32 DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E N.º 2 DO ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO, DIPLOMA QUE CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL. FORAM AS MESMAS REJEITADAS, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SETE VOTOS CONTRA E ONZE VOTOS A FAVOR. -----

---QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 200.785,00€ (DUZENTOS MIL, SETECENTOS E OITENTA E CINCO EUROS) DO PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL DE CONCURSO PÚBLICO, SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL REGIONAL E LOCAL E, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 200.785,00€ (DUZENTOS MIL, SETECENTOS E OITENTA E CINCO EUROS) DO PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL DE CONCURSO PÚBLICO, SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL REGIONAL E LOCAL E, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. -----

---QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 720.000,00 € (SETECENTOS E VINTE MIL EUROS) PARA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE GASÓLEO A GRANEL COM UM PRAZO DE EXECUÇÃO DE 3 ANOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – A CDU, face aos imperativos que impõem medidas acrescidas para a redução de gases com efeitos de estufa, o dito CO2, em conformidade com o espírito do Acordo de Paris, e apesar de estar de acordo com a solicitação da Câmara para a aquisição de combustíveis, manifesta, no entanto, o desejo de ver implementado pelo município, com maior determinação, medidas de aquisição de viaturas novas movidas a energia limpa, e consequente abate faseado de viaturas que se enquadrem no binómio, ponderado, custo/benefício.-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 720.000,00 € (SETECENTOS E VINTE MIL EUROS) PARA CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE GASÓLEO A GRANEL COM UM PRAZO DE EXECUÇÃO DE 3 ANOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.**-----

---**SEXTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REVOGAÇÃO PARCIAL DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA SUA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21 DE MAIO DE 2020, NOS TERMOS DO N.º 1, DO ARTIGO 165.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, NA PARTE EM QUE APROVOU A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO MEDIANTE REDUÇÃO DE 91,00% DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA UM PERÍODO DE 5 ANOS, CUJA ESTIMATIVA CALCULADA É DE 20.941,38 EUROS, BEM COMO REDUÇÃO DE 91,00% DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSAÇÕES (IMT) CUJA ESTIMATIVA DA RESPETIVA DESPESA FISCAL É DE 77.782,25 EUROS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REVOGAÇÃO PARCIAL DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA SUA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21 DE**

MAIO DE 2020, NOS TERMOS DO N.º 1, DO ARTIGO 165.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, NA PARTE EM QUE APROVOU A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO MEDIANTE REDUÇÃO DE 91,00% DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA UM PERÍODO DE 5 ANOS, CUJA ESTIMATIVA CALCULADA É DE 20.941,38 EUROS, BEM COMO REDUÇÃO DE 91,00% DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSAÇÕES (IMT) CUJA ESTIMATIVA DA RESPETIVA DESPESA FISCAL É DE 77.782,25 EUROS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. -----

---SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE SUBCONCESSÃO COM IP PATRIMÓNIO – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A., BEM COMO APROVAR A ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS ASSOCIADOS ÀS MESMAS, NOMEADAMENTE PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE SUBCONCESSÃO COM IP PATRIMÓNIO – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A., BEM COMO APROVAR A ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS ASSOCIADOS ÀS MESMAS, NOMEADAMENTE PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. -----

---OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A CELEBRAR COM A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A., O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E A ASCENDI NORTE, AUTO ESTRADAS DO NORTE, S.A., REFERENTE À LIGAÇÃO DO NÓ DE SEIDE DA A7 À EN 206 E À EM 573, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Muito brevemente, para dizer que é um passo muito relevante para um tema com muitos anos, e felizmente esta Câmara Municipal conseguiu encontrar um caminho para a sua solução, depois de muita litigância e de muita capacidade para interação com outras instâncias, e também da assunção de compromissos do município, numa área onde também não era suposto que o fizéssemos, por forma que uma via que durante muitos anos foi conhecida como a estrada sem dono, feliz e finalmente venha à alçada Municipal com as condições e a dignidade que é necessária para todos quantos lá atravessam. -----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) – Relativamente a esta questão dizemos que finalmente vislumbra-se a solução para a “Via sem nome”, outros lhe deram outra designação, uma espécie de Calvário para milhares de utilizadores acedentes à A7 (Nó de Seide), obrigados a circular num pavimento sem as condições de segurança e comodidade devidas, utilizadores que na sua maioria garantiam rendimento a uma entidade privada denominada por ASCENDI que, em profundo desrespeito pelos interesses dos cidadãos e empresas do nosso município, só aceitou contribuir para a solução – também publicamente reclamada pela CDU – depois de sair legislação que a tal a obrigava. Tendo a Câmara feito o que lhe competia para o alcance desta solução, recurso à via judicial, com a imposição de um acordo pelo Supremo Tribunal Administrativo, recomenda-se agora que a qualidade final da beneficiação seja aquilatada convenientemente pelo município, para que não se adquira “gato por lebre”. A CDU vota esta solicitação da Câmara de modo favorável, e fica satisfeita pelo desfecho, finalmente feliz de assunto tão intrigado. -----

---ÁLVARO OLIVEIRA (PSD) – Antes ainda de votar, gostava de dizer o seguinte, como é óbvio o Partido Social Democrata votará a favor desta proposta, mas pelas razões totalmente opostas ao do Grupo Municipal da CDU, com o qual não comungamos

minimamente. De facto, entendemos que, a dicotomia interesses privados e interesses públicos, quando está em causa o interesse público não existe, e, portanto, aqui realçamos sim a perseverança e a teimosia da Câmara Municipal, independentemente dos outros interesses em questão, é arranjar uma solução para o povo famalicense, e foi isso que o município conseguiu. Portanto, o PSD vota a favor com esta salientação da atividade da Câmara Municipal. -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A CELEBRAR COM A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A., O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E A ASCENDI NORTE, AUTO ESTRADAS DO NORTE, S.A., REFERENTE À LIGAÇÃO DO NÓ DE SEIDE DA A7 À EN 206 E À EM 573, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---NONO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL, ABRANJA AINDA OS ENCARGOS NÃO PREVISTOS NO PPI QUE NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99.759,58 € EM CADA UM DOS ANOS ECONÓMICOS SEGUINTE AO DA SUA CONTRAÇÃO E O PRAZO DE EXECUÇÃO DE TRÊS ANOS, TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL, ABRANJA AINDA OS ENCARGOS NÃO PREVISTOS NO PPI QUE NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99.759,58 € EM CADA UM DOS ANOS ECONÓMICOS SEGUINTE AO DA SUA CONTRAÇÃO E O PRAZO DE EXECUÇÃO DE TRÊS ANOS, TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES. -----

---**DÉCIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS SEGUINTE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, PARA VIGORAR NO ANO DE 2020, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2021, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

--- 1.1 – AO ABRIGO DO N.º 5 DO ART.º 112.º DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A TAXA DE 0,35% PARA OS PRÉDIOS URBANOS CONTEMPLADOS NA ALÍNEA C), N.º 1, DO ART.º 112.º DO MESMO DIPLOMA; -----

--- 1.2 – AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 20€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 1 DEPENDENTE A SEU CARGO; -----

--- 1.3 – AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 40€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 2 DEPENDENTES A SEU CARGO. -----

--- 1.4 – AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 70€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 3 OU MAIS DEPENDENTES A SEU CARGO.--

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---**PAULO PINTO (PS)** – É só para dizer que o Partido Socialista, ao contrário do que tem sido habitual, vai votar favoravelmente, apesar de achar que a taxa poderia ser inferior, a cerca de 20% ao valor mínimo podia ser aplicado, cerca de 20% superior, mas, no entanto, finalmente, como eu já referi quando falamos da questão do orçamento, a Câmara Municipal acolheu o que era uma reivindicação do Partido Socialista, e passou também a dar desconto aos agregados familiares que tem um filho, portanto, por esse sentido agradamos bastante, acolhemos com bastante satisfação que a Câmara tenha acolhido a nossa proposta, e como tal, iremos votar favoravelmente mesma. -----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Queria dizer duas coisas muito simples em relação a este ponto: A Câmara aqui não acolheu a posição do Partido Socialista, mas acolheu sim a necessidade e os anseios do povo famalicense, e aquilo que era necessário em função da grave crise que estamos a atravessar. A Câmara Municipal e Grupo Municipal do PSD sempre estiveram a favor, sempre acompanharam a questão da carga fiscal e sempre curou de tratar que os famalicenses, naquilo que lhes é possível, não fossem prejudicados com uma elevação da carga fiscal. E, portanto, nessa sintonia, e no seguimento da política, que desde sempre este município tem desenvolvido, o PSD como é óbvio aplaude a iniciativa da Câmara Municipal de reduzir naquilo que lhe é possível, a carga fiscal sobre os munícipes, e, portanto, votará notoriamente, favoravelmente a este ponto. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Depois da intervenção do senhor Deputado Álvaro Oliveira, só vou fazer uma questão, um ponto de ordem, é que por muito que realmente nos agrada esta situação, mas perante o orçamento que está previsto para dois mil e vinte e um desta Câmara Municipal, em que a receita de IMI é exatamente a mesma, isso significa que esta iniciativa, em termos de impacto orçamental, como o Partido Socialista sempre defendeu, apesar de ter um impacto importante para os famalicenses, poderia ter sido acolhida muito mais atempadamente por este Executivo, situação que não foi. Mais vale tarde do que nunca, mais vale meia medida do que nenhuma medida, e como tal o Partido Socialista regozija-se com esta tomada de posição, mas que podia ter sido feita mais atempadamente. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Muito rapidamente, é do conhecimento que nós temos uma posição diferente da Câmara, até porque temos apresentado proposta no sentido de que este valor do 0,35 possa ser de 0,30, aqui naturalmente vamos votar contra. Não sei se a

proposta vai ser votada subponto por subponto, porque nos outros pontos também estamos de acordo.-----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS SEGUINTE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, PARA VIGORAR NO ANO DE 2020, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2021, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

--- 1.1 – AO ABRIGO DO N.º 5 DO ART.º 112.º DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A TAXA DE 0,35% PARA OS PRÉDIOS URBANOS CONTEMPLADOS NA ALÍNEA C), N.º 1, DO ART.º 112.º DO MESMO DIPLOMA; -----

--- 1.2 – AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 20€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 1 DEPENDENTE A SEU CARGO;-----

--- 1.3 – AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 40€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 2 DEPENDENTES A SEU CARGO. -----

--- 1.4 – AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 70€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 3 OU MAIS DEPENDENTES A

SEU CARGO. FORAM AS MESMAS APROVADAS, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO. --

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 4,5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2021, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA CCC) DO N° 1 DO ARTIGO 33° E NA ALÍNEA C) DO N° 1 DO ARTIGO 25° DA LEI N° 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA.

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---PAULO PINTO (PS) – Aqui também para referir que, à semelhança do ponto anterior o Partido Socialista também irá votar favoravelmente. Era uma reivindicação já muito antiga, eu já o referi nesta Assembleia, e outros camaradas de bancada também se pronunciaram em que, acho que era justo e exigia-se que a Câmara permitisse, abdicasse de parte da sua receita de acordo, aliás, com alguma solicitação do Governo da República, de parte da receita de participação do município no IRS, a redução é ínfima, podia ser melhor. Mas mais uma vez, mais vale algo do que nada, e como tal causa-nos alguma estranheza que apesar desta receita, como já referi na altura da discussão da votação do orçamento, que mesmo assim, a previsão da receita da Câmara Municipal seja superior em cerca de duzentos e setenta e sete mil euros ao valor previsto no orçamento do ano anterior, mas de qualquer maneira iremos votar favoravelmente. -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 4,5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2021, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA CCC) DO N° 1 DO ARTIGO 33° E NA ALÍNEA C) DO N° 1 DO ARTIGO 25° DA LEI N° 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO,

TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE:-----

--- 1. REGULAMENTO DE ISENÇÃO DE DERRAMA SOBRE O IRC, ANEXO À PRESENTE PROPOSTA, CUJO CONTEÚDO AQUI SE DÁ POR INTEGRALMENTE REPRODUZIDO, DELA FAZENDO PARTE INTEGRANTE;-----

--- 2. LANÇAR DESDE JÁ UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2020.-----

--- 3. ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2020, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NÃO SUPERIOR A 250.000,00€, NOS TERMOS DO N° 22 DO ARTIGO 18° DA LEI N° 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, O QUE CORRESPONDE ÀS CONDIÇÕES PREVISTAS NO DIPLOMA REGULAMENTAR FIXADO EM 1., NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA CCC) DO N° 1 DO ARTIGO 33° E NAS ALÍNEAS C) E D) DO N° 1 DO ARTIGO 25° DA LEI N° 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE: -----

--- 1. REGULAMENTO DE ISENÇÃO DE DERRAMA SOBRE O IRC, ANEXO À PRESENTE PROPOSTA, CUJO CONTEÚDO AQUI SE DÁ POR INTEGRALMENTE REPRODUZIDO, DELA FAZENDO PARTE INTEGRANTE; -----

--- 2. LANÇAR DESDE JÁ UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2020. ----

--- 3. ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2020, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NÃO SUPERIOR A 250.000,00€, NOS TERMOS DO N° 22 DO ARTIGO 18° DA LEI N° 73/2013, DE 3 DE

SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, O QUE CORRESPONDE ÀS CONDIÇÕES PREVISTAS NO DIPLOMA REGULAMENTAR FIXADO EM 1., NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA CCC) DO N° 1 DO ARTIGO 33° E NAS ALÍNEAS C) E D) DO N° 1 DO ARTIGO 25° DA LEI N° 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO. -----

---DÉCIMO TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO ATÉ AO MONTANTE DE 1.043.093,50€ (UM MILHÃO QUARENTA E TRÊS MIL NOVENTA E TRÊS EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS) ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS PARA A OBRA “ESPAÇOS PÚBLICOS DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE - MOBILIDADE OPERAÇÃO NORTE-05-1406-FEDER-000188”, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO ATÉ AO MONTANTE DE 1.043.093,50€ (UM MILHÃO QUARENTA E TRÊS MIL NOVENTA E TRÊS EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS) ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS PARA A OBRA “ESPAÇOS PÚBLICOS DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE - MOBILIDADE OPERAÇÃO NORTE-05-1406-FEDER-000188”, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES. -----

---DÉCIMO QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.950.000,00€ (UM MILHÃO NOVECIENTOS E CINQUENTA MIL

EUROS), PARA O INVESTIMENTO DO CENTRO DE ATLETISMO DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.950.000,00€ (UM MILHÃO NOVECENTOS E CINQUENTA MIL EUROS), PARA O INVESTIMENTO DO CENTRO DE ATLETISMO DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E QUATRO ABSTENÇÕES.**-----

---**DÉCIMO QUINTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PERCENTUAL DE 0,25% RELATIVO À TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA VIGORAR NO ANO DE 2021, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PERCENTUAL DE 0,25% RELATIVO À TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA VIGORAR NO ANO DE 2021, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, DUAS ABSTENÇÕES E UM VOTO CONTRA.**-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Eu queria desejar a todos os senhores Deputados Municipais, a todos os senhores Presidentes de Junta, aos funcionários da Autarquia e todos aqueles que participam nesta sessão, nomeadamente jornalistas, e já agora ao público, porque esta sessão será eventualmente ouvida por outros, que não apenas os presentes nesta sessão, um Feliz Natal, nas circunstâncias muito particulares que todos

vivemos, e que pelo menos eu, no meu tempo de vida não tinha sequer experienciado antes, e desejo um ano de dois mil e vinte e um melhor do que o de dois mil e vinte, com o fim deste ciclo terrível deste COVID que nos afeta tanto no nosso relacionamento social, que afeta tanto a nossa economia, as nossas finanças. E se Deus quiser, lá para dois mil e vinte e um, lá estaremos presencialmente no Salão Nobre, nos Paços do Concelho, a discutir politicamente em democracia, como tanto gostamos, com o respeito por todos, como todos temos. Em nome da Mesa estes são os meus votos, e naturalmente darei a palavra, porque calculo que o quererão também sublinhar, a todos os Grupos Municipais, que eu sugeria pela ordem costumeira, digamos assim, senhor Deputado Álvaro Oliveira presumo, em nome do PSD. -----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Presidente, agradeço os votos da Mesa, e retribuo não só à Mesa, como a todos os senhores Deputados, aos senhores Presidentes de Junta, a todos os presentes, a todos os famalicenses e a todos os portugueses. Gostaria de dizer que entre nós o PSD, desejamos a todos um melhor ano de dois mil e vinte e um, um Santo Natal, e da nossa parte podem ultrapassar o patamar para oferecer outra coisa para além de compotas. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Também reiterar, agradecer os votos endereçados pelo senhor Presidente da Mesa, desejar-lhe os votos ao senhor Presidente e a todos os restantes membros da Mesa, à Excelentíssima Câmara, ao senhor Presidente e a todos os Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, ao público em geral, aos jornalistas, aos membros da Assembleia Municipal, aos funcionários também o nosso agradecimento e a todos os famalicenses o desejo de umas Festas Felizes, e certamente dois mil e vinte e um será um ano melhor do que dois mil e vinte, é o desejo de todos. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Naturalmente que eu torno os meus votos, eu tenho-os extensivos ao Executivo Municipal, que tenho a impressão, omiti nesta minha resenha, mas que prezo muito, e são parte fundamental das nossas discussões, e de resto o senhor Presidente de Câmara no final terá também a palavra. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS/PP)** – Eu, em nome do CDS, quero desejar um Bom Natal a todos vocês, tanto à Câmara, como à Mesa da Assembleia, para o senhor Presidente da Assembleia, para o senhor Presidente da Câmara, senhores Deputados, senhores Presidentes

de Junta, Comunicação Social, famalicenses que nos estão a ouvir neste momento. E que o Natal seja um Natal dentro das restrições que nós temos, e todos nós conhecemos, vamos festejar este Natal, como é óbvio, nunca era impensável com a idade que eu tenho, pensar que ia haver, ou festejar o Natal desta forma. Mas espero bem que em dois mil e vinte e um, já lá para abril, na próxima Assembleia que seja presencial, que é sinal que está tudo bem. Com esta nova vacina que provavelmente estará por aí no dia vinte e sete, e bem, deste mês, para que todos nós possamos andar mais à vontade, e os famalicenses, e para que todos nós deixarmos de perder familiares, que nos custa muito, de um dia para o outro. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Para não me ficar só pela palavra abstenção nesta Assembleia Municipal, desejar uns votos de Boas Festas a todos, queiramos ou não, porque apesar de todos estarmos numa Assembleia Municipal laica, esse desejo que Deus venha a intervir para que os nossos Natais do futuro sejam diferentes, mesmo que seja em nome do filho dele, aos ateus pouco dirá. Votos de Boas Festas para todos. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Desde já a CDU agradece a demonstração feita pelo senhor Presidente em nome da Mesa, torna extensível, digamos, esses desejos a todos os participantes nesta Assembleia e a todos os que nos acompanham, naturalmente, que desejamos também, que o próximo ano signifique a superação de todas as dificuldades que vivemos a nível nacional, e de uma forma particular aos cidadãos do nosso município.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Vou secundar os votos renovados aqui a todos encimados por si, dizer que de facto o Natal que se aproxima, é um Natal especial, mas a todos desafiar que não renunciemos ao nosso Natal, ao Natal melhor possível para todos, salvaguardando sempre os cuidados que urge salvaguardar no contexto especial de saúde pública que também vivemos, nunca esquecendo que com imaginação e com criatividade é perfeitamente possível manter o patamar de felicidade, de alegria, de tudo o que de bom o Natal nos lembra, e ao mesmo tempo cumprir regras de que todos gostaríamos de estar libertos. Aproveitar também o ensejo, porque o ano está a terminar, e antes de formular votos de um Bom Ano, deixar um apreço em meu nome pessoal, e em nome do Executivo que lidero, pelos contributos que todos, e todos os eleitos municipais e presidentes de junta sem exceção, que de uma forma ou de outra no exercício da democracia, nesta que é a casa da democracia, ao longo do ano em curso deixaram e que

também obviamente contribuíram para o sucesso das políticas municipais, por isso em nome da Câmara Municipal o meu muito obrigado pelo vosso contributo, pelo vosso empenho, pelo exercício da democracia, pelo contraditório, pela oposição, por tudo o que se cumpre nesta Assembleia Municipal. E para o ano que vem, como já foi referido, ao contrário do que é habitual, não basta um ano igual ao que está a terminar, é imperativo que seja um ano muito melhor do que o que está a terminar, oxalá assim seja, mas permitam-me deixar um sublinhado, de que nunca nos devemos esquecer de que o sucesso do que aí vem depende muito de cada um de nós. Bem hajam, um Bom Natal e Bom Ano para todos. -----

---HEITOR BERNARDO (2º SECRETÁRIO DA MESA ASSEMBLEIA MUNICIPAL) –

Pedi a palavra para desejar a todos um Feliz Natal e Ano Novo, aos membros da Assembleia Municipal, nomeadamente ao senhor Presidente e ao senhor primeiro Secretário, ao senhor Presidente da Câmara, e na sua pessoa às senhoras Vereadoras e senhores Vereadores, aos senhores Deputados, aos senhores Presidentes de Junta e órgãos de informação. Tudo de bom para todos e saúde principalmente. -----

---APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS. -----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

Para este período não há inscrições do público e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada à uma hora e onze minutos do dia seguinte.-----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

----- O SECRETÁRIO -----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

--- Registo de Presenças; -----

--- Votos de Pesar (dois) apresentados pelo Grupo Municipal do PSD; -----

--- Documentos referentes aos pontos, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze e quinze;-----

--- Minutas de atas referentes aos pontos, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze e quinze. -----
